

Daniely de Pinho Xavier
Gleiciane Pontes Damasceno
Grazielli Alves do Carmo Silva Albuquerque
Jacilda Souza Silva Albuquerque
Mirian Auxiliadora Werner Bascope
Vanderleia Marques da Silva Santana

COLETÂNEA: ENSAIOS SOBRE OS CAMINHOS PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

1.^a Edição



ISBN- 978-65-84809-40-6
SÃO PAULO | 2022



1ª edição
Daniely de Pinho Xavier
Gleiciane Pontes Damasceno
Grazielli Alves do Carmo Silva Albuquerque
Jacilda Souza Silva Albuquerque
Mirian Auxiliadora Werner Bascope
Vanderleia Marques da Silva Santana

**COLETÂNEA: ENSAIOS SOBRE OS CAMINHOS PARA UMA
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

ISBN- 978-65-84809-40-6



1ª edição

Daniely de Pinho Xavier

Gleiciane Pontes Damasceno

Grazielli Alves do Carmo Silva Albuquerque

Jacilda Souza Silva Albuquerque

Mirian Auxiliadora Werner Bascope

Vanderleia Marques da Silva Santana

**COLETÂNEA: Ensaaios sobre os caminhos para
uma aprendizagem significativa**

SÃO PAULO
EDITORA ARCHE
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C694 Coletânea [livro eletrônico] : ensaios sobre os caminhos para uma aprendizagem significativa / Daniely de Pinho Xavier... [et al.]. – São Paulo, SP: Arche, 2022.
186 p. ; il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84809-40-6

1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Professores – Formação.
I. Xavier, Daniely de Pinho. II. Damasceno, Gleiciane Pontes.
III. Albuquerque, Grazielli Alves do Carmo Silva. IV. Albuquerque, Jacilda Souza Silva. V. Bascope, Mirian Auxiliadora Werner.
VI. Santana, Vanderleia Marques da Silva.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE cancelada pela Editora Arche.

São Paulo- SP

Telefone: +55 (11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).



1ª Edição - Copyright© 2022 dos autores.

Direito de Edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

Editora-Chefe Dra. Patrícia S. Ribeiro

Revisão Os autores

Projeto Gráfico Ana Cláudia Néri Bastos/ Talita Tainá Pereira Batista

Conselho Editorial Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

José Faijardo, Fundação Getúlio Vargas

Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

María Valeria Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra

APRESENTAÇÃO

A educação brasileira, na atualidade, transita por caminhos espinhosos. Esse percurso trilhado por diversos atores tem se apoiado em propostas ativas e metodológicas que contribuam para uma educação crítica, equânime e de qualidade para todos os atores educacionais.

Hoje, pensar a educação está para além da condição instrumentalizadora, ou ainda, de agregadora de conhecimentos historicamente construídos. Cabe à escola, repensar o seu fazer pedagógico cotidianamente, de modo, que ofereça aos seus alunos, as condições de (re)construir os seus conhecimentos para além das cercanias da escola. A educação deverá ser pensada para ominilitariedade dos sujeitos, para a formação de sujeitos proativos e globais.

os caminhos para uma aprendizagem significativa perpassam indubitavelmente pelo processo de devir educacional que forme sujeitos críticos e reflexivo a partir de um olhar ampliando da sociedade, sem com isso, perder de vista, as suas origens como contrapé para a construção da sua identidade enquanto sujeito histórico, ativo, e constituído de alteridade.

Ante exposto, pretendemos que essa obra seja instrumento de pesquisa, debates e inquietações para desembocar em novas pesquisas.

Desejamos a todos, uma excelente leitura.

As autoras,

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	11
UMA NOVA HISTÓRIA A PARTIR DA EJA	
CAPÍTULO 2	79
A DANÇA NA ESCOLA: A ARTE QUE COMUNICA EXPRESSA E TRANSFORMA	
CAPÍTULO 3	106
GAMIFICATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION	
CAPÍTULO 4	117
PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR: SEMANA CULTURAL	
CAPÍTULO 5	133
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO – POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
CAPÍTULO 6	166
EL USO DE HERRAMIENTAS DIGITALES PARA USO EDUCATIVO EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA ESCUELA PRIMARIA	
ÍNDICE REMISSIVO	181

CAPÍTULO 1

UMA NOVA HISTÓRIA A PARTIR DA EJA

A NEW STORY FROM EJA

RESUMO

Uma das maiores dificuldades que o adulto ou jovem não alfabetizado ou semialfabetizado encontra é se inserir na sociedade que de alguma forma o exclui. No entanto, a política pública vem com a EJA- Educação de Jovens e Adultos para assegurar o direito de todos à educação. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, afirma que o Estado tem o dever de garantir o acesso à educação, inclusive àqueles que não foram escolarizados na idade própria, promovendo uma nova perspectiva de vida a esse aluno, inserindo-o de outra forma na sociedade, sendo até mesmo capaz de trazer uma mudança pessoal, social e econômica. A bibliografia sobre a EJA nos mostra que esta modalidade vem ganhando espaço com o passar do tempo, tornando-se valorizada, porém ainda com muitos desafios pela frente. Através deste dossiê, procuro mostrar como essa modalidade é capaz de trazer muitas vezes a dignidade, de mudar concepções de vida, transformando o indivíduo marginalizado em um cidadão crítico capaz de mudar sua própria história.

Palavras- chave: Alfabetizado. EJA. Política pública

ABSTRACT

One of the greatest difficulties that the non-literate or semi-literate adult or young person encounters is to be inserted in a society that in some way or was excluded. About, to public policy see with EJA-Education of Youth and Adults to ensure the right of all to education. Law No. 9,394, of December 20, 1996, affirms that the State has to guarantee access to education, including those who are not enrolled in their own education, promoting a new perspective of life for these students, inserting another way in society, being itself capable of tracing a personal, social and economic change. The bibliography on EJA shows us that this modality is gaining space as time goes by, becoming valued, because it still faces many challenges. Through this dossier, I try to show how this modality is capable of tracing dignity many times, of changing conceptions of life, transforming the marginalized individual into a critical citizen capable of changing its own history.

Keyword: Literate. EJA. Public politics

1. INTRODUÇÃO

Tendo como base alguns artigos que discorrem sobre o assunto, como os escritos pelo precursor Paulo Freire, e, também, considerando experiência de vida tanto da autora quanto de outras pessoas, o trabalho focaliza as possibilidades de uma **nova perspectiva de vida**, tentando mostrar como esta modalidade pode ser capaz de transformar as pessoas, tornando-as mais críticas e capazes de criar expectativas. Alguns estudos sobre a EJA, entendida como uma política educacional, sugerem interpretações sobre as expectativas que estes jovens e adultos têm ao ingressar novamente em uma sala de aula, suas motivações e conquistas que tiveram após voltarem a estudar.

Procuro salientar a importância do resgate da cidadania, da oportunidade de um novo recomeço, trazendo elementos de minha própria trajetória de formação, um breve histórico da EJA, relato de experiência e considerações finais.

2. MEMORIAL: O AMOR QUE INFLUENCIOU MEUS ESTUDOS

Este memorial relata uma história de amor entre pai e filha, sendo esse amor que incentivou meus estudos e a busca por uma condição de vida melhor para retribuir aos seus pais pela a educação que me deram, mudando meu percurso e escrevendo uma nova história com um final mais feliz.

Assim como diz no texto de Guedes:

Lançar-se então à escrita de um memorial de formação através do qual temos a oportunidade de registrarmos e refazermos um percurso específico de nossa vida- nossa formação escolar-acadêmica e profissional- pode ser talvez uma maneira de divisarmos outros finais para a história que está em seu pleno transcurso... (GUEDES, p.3).

Essa história começa com a união de dois jovens: Silvestre Xavier e Jorvana Soares de Pinho, nascidos no Distrito de Nossa Senhora da Guia, onde residiram até se casarem e virem morar em Cuiabá. A vida na cidade não era muito fácil, pois viviam de cuidar de chácaras. A carne que comiam na época surgia quando silvestre saia a caçar, deixando sua esposa em casa. Dessa união vieram dois filhos Donizete de Pinho Xavier e Daniely de Pinho Xavier.

Com o passar dos anos, conseguiram um lote em uma região de invasão. De início, moravam em

um barraco de lona, só depois construíram uma pequena casa de madeira. A mãe ficava sozinha em casa com seus filhos, pois o pai começou a trabalhar como zelador em um condomínio no período noturno. Certa noite, uma pessoa desconhecida tentou arrombar a porta de sua casa. Quando forçaram a porta, rapidamente pegou uma espingarda que tinha guardada e disse que se entrasse atiraria, chegando a disparar uma vez e a pessoa correu. Depois desse dia, nunca mais tentaram arrombar a porta. Ela dizia que era lobisomem, para que as crianças não abrissem a porta. Em meio a tantas dificuldades, cuidavam e educavam seus filhos de forma honesta, sempre ensinando a distinguir o certo e o errado. Com o passar dos anos, meu pai e um tio começaram a construir a casa de alvenaria, em que meu tio e sua esposa morariam por algum tempo após se casarem.

2.1 O INÍCIO DA FORMAÇÃO ESCOLAR

Iniciei minha vida escolar em uma creche no Bairro Planalto (bairro vizinho). A mãe tinha que ir trabalhar. A creche era considerada segunda família das crianças: eram bem cuidadas, elas adoravam ficar lá. Meu irmão mais velho tinha um professor que adorava, mas eu também

tinha uma professora preferida. Às vezes no final de semana, ia para casa dessa professora, que marcou muito minha vida. Seu nome era Joana. Foi assim até não ter mais idade para ficar na creche, quando comecei a ser alfabetizada no Centro Comunitário do Bairro Jardim Eldorado, onde morava. Com idade aproximadamente aos seis anos fui para a pré-escola. Gostava de ir à escola, gostava da professora que se chamava Maria das Dores. As aulas de educação física eram um pouco longe, eram em uma pista de kart próximo ao centro comunitário. Com o passar dos anos, começaram a construir uma escola no bairro que se chamaria Escola Municipal Francisca Figueiredo de Arruda Martins, onde estudaria.

A esquerda formatura do Pré-escolar com a professora
Maria das Dores



Acervo pessoal

Ingressei nessa escola na antiga primeira série. Na terceira e quarta série, gostava de uma professora que me reconhecia como uma das melhores alunas da turma, tinha boas notas. Meu pai ficava muito feliz, já minha mãe não se importava muito, pois dizia que era sua obrigação, porque não trabalhava e, conseqüentemente, tinha que tirar notas boas mesmo. Isso me deixava muito triste, porque minha mãe elogiava meu irmão quando tirava cinco e meio ou seis como médias e quando eu tirava nove era apenas uma obrigação. Por várias vezes, disse ao pai para fugir juntos e deixar a mãe e o irmão, já que achava que minha mãe não me amava. Meu pai, muito sábio, conversava muito dizendo que esse era o jeito dela, por não saber demonstrar amor, por vir de uma família no qual o pai era alcóolatra e que batia na mãe se os filhos estivessem na rua brincando. Portanto, ele me pedia que não ligasse para o que ela dizia, porque ele estaria sempre ao seu lado. Essa experiência com meu pai marcou significativamente minha infância, representando bem a noção de experiência conforme explicação de Larrosa:

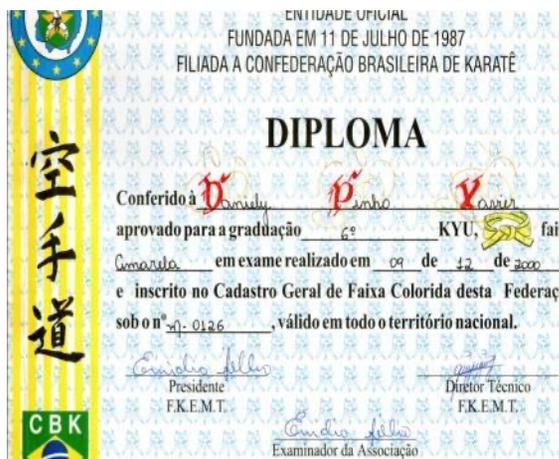
A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que

correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Larossa, 2002, p. 24).

Essa experiência significativa foi proporcionada por meu pai: quanta paciência em ouvir, em ensinar, e aos poucos ia guardando tudo isso dentro de mim como experiência para a vida toda. Isso me deixava feliz, por saber que havia alguém que me admirava e a elogiava pelas notas altas do boletim. Na quarta série, a professora que gostava era a Marli. Houve um episódio que a deixou muito triste: a professora iria tomar tabuada dos alunos oralmente. Meu pai sempre me ajudou nas tarefas de escola para fazer em casa quando não sabia como fazer. Ele ensinou a tabuada em forma de música para que ficasse mais fácil de aprender e descontraído. Mas foi em vão, pois, no dia em que a professora me chamou pra tomar a tabuada, não consegui responder e fiquei de castigo de frente para o quadro. Cheguei em casa chorando para o pai, simplesmente consolou-me em seus braços. Ele não tinha muito tempo para

ficar em casa, mas, o pouco que tinha ensinava matemática e no que mais precisasse, mesmo estando cansado brincava com seus filhos e cachorros em casa, era um paizão. Nesta escola participei de aulas de coral, karatê e dança.

Certificado do karatê



acervo pessoal

Permaneci nesta escola até o início da sétima série, quando houve uma desavença com o professor de português, o que me fez não querer mais ir à escola. Meu pai, então, mudou-me de escola e fui estudar na Escola Dr. Hélio Palma de Arruda, no bairro próximo de casa, mas lá começou uma fase de rebeldia.

4. FASE DA INDISCIPLINA

Nesta escola, estudei só até o final da sétima série, pois meus amigos estudavam em uma escola no centro e era pra onde eu gostaria de ir também. E assim foi: consegui convencer meus pais, já estava rebelde, achando ser grande o suficiente para fazer o que quisesse. No ano seguinte fui para a escola Nilo Póvoas, onde a rebeldia piorou.

A situação que vivi poderia ser descrita conforme o trecho abaixo:

O pai sempre preocupado e com medo de perder sua filha fazia suas vontades, e ela sempre achando que poderia ter tudo, não se importava com sua família. A convivência com sua mãe continuava difícil, sempre trocava de celular, roupas e sapatos que queria, mas, nunca parou para observar o quão seu pai trabalhava com a finalidade conseguir dar tudo que desejava. Isso não importava a ela, estava cega com o mundo de festas e bebidas, no sentido de poder enxergar o valor que seu pai possuía.

Na nova escola, localizada no centro de Cuiabá, suas notas começaram a cair. Começaram a aparecer em seu boletim notas vermelhas, mas nem se importava com isso, estava preocupada com que

roupa iria sair no final de semana, já que aos onze anos já frequentava as festas sozinha. Sua mãe dizia que não adiantava segurar. Seu pai fazia seus gostos para ver se algum final de semana ela ficava em casa. Ela alegando não conseguir ficar em casa, já que seus ditos amigos ligavam na quinta marcando algo na sexta-feira e permanecia fora de casa até segunda-feira.

Seu pai muito entristecido, pois, a filha que sempre ajudou com as atividades de escola, que tirava boas notas já não existia. Ele era tímido no intuito de conversar com a filha em saber o que estava acontecendo ou dar algum conselho. A mãe, quando tentava conversar, só brigava, então ela preferia ficar no quarto ou na rua.

Na escola, era só bagunça. Os estudos já não tinham a mesma importância de quando criança. No momento em que não sabia não procurava mais o pai. Esqueceu-se de que ele a incentivava a estudar, de quanto ficava feliz quando tirava boas notas, dos elogios dos professores ao seu pai, tudo isso ficou para trás em sua adolescência. Conheceu novos amigos, conheceu o mundo, deixando de lado o que seu pai já havia lhe ensinado.

Trouxe tristeza para dentro de casa, aos seus pais por não saberem como melhorar essa situação e a seu irmão por ter medo de um dia ligarem falando que acharam seu corpo sem vida.

5. A CONSEQUÊNCIA DA DESOBEDIÊNCIA

Mas isso duraria pouco tempo. Essa vida de festas. Aos quatorze anos tornei-me mãe e tudo seria diferente. Não tive coragem de contar aos meu pais. A única pessoa que sabia era uma prima com quem sempre saía. Ela foi à casa de parentes e contou a eles da gestação prematura. Minha mãe foi visitar as irmãs e descobriu que sua filha esta grávida.

Desta vez, a situação vivida poderia ser descrita como segue:

Quando todos da família ficam sabendo, o pai deixa de conversar com a filha. Estava muito magoado com a notícia, pois via a filha como sua princesinha, criança que de repente havia crescido antes do tempo e trazia em seu ventre outro ser. Ser esse que seria uma das melhores coisas que havia acontecido em sua vida, mas só perceberia algum tempo depois.

Entretanto, precisava passar por tudo isso para que enxergasse o valor de uma família, como afirma Larossa:

A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova (Larossa,2002,p. 25). A gravidez mudaria sua vida, sua rotina, seu corpo, seu modo de pensar,

de como ver a vida, de como ver as pessoas, enfim mudaria seu modo de agir, da concepção que tinha do era felicidade.

Ao completar quatro meses de gestação estava completando quinze anos. Iria vender o celular que tinha para comprar outro lançamento e seu pai disse a ela que agora o dinheiro do celular era pra comprar roupa para o bebê. A festa de aniversário não teria mais. Dentro de casa ficava geralmente sozinha, pois, quando ia sentar-se a mesa para comer junto com a família seu pai se levantava. Então preferia comer no quarto.

Gostava de ir à feira do bairro, mas parou de ir porque seu pai tinha vergonha de sair com sua filha adolescente gestante. Foram meses difíceis. Os meses passaram, sua barriga cresceu e, aos poucos, seu desespero de ser mãe foi passando e foi se conformando com a situação. Só através da experiência que estava vivendo seria capaz de transformá-la. De acordo com Larossa:

sua capacidade de formação ou de transformação. É experiência aquilo que "nos passa", ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação (LAROSSA,2002, p. 25,26).

Suas consultas ao obstetra lhe confortavam. A médica dizia que estava tudo bem com o bebê.

Ela ia à médica sempre sozinha e só sua mãe perguntava com foi, mas seu pai nunca deixou de se preocupar com a filha, só estava magoado.

O enxoval, tudo pronto esperando a chegada do novo morador da casa, todos na expectativa, pois ninguém sabia o sexo do bebê. Seu irmão queria um menino, seu pai menina, depois todos queriam menina. Seu parto seria normal deu à luz no dia cinco de fevereiro de 2005, às 20h00min, a uma menina saudável de 47 centímetros, pesando 2.840 gramas.

6. Da consequência ao aprendizado

No dia em que dei à luz nem imaginava que seria tão tranquilo já que várias pessoas me disseram o quanto sentiria uma dor insuportável. Nada disso aconteceu. Nesse dia acordei às cinco da manhã com uma leve cólica, simplesmente tomei o remédio que costumava tomar e voltei a dormir. Às dez da manhã acordei e continuava com a cólica. relatei ao meu irmão que também não deu importância. Às dezoito horas, minha mãe chegou e lhe contei que sentia uma cólica que ia e vinha. Minha mãe, então, disse-me pra ir me arrumar e arrumar as coisas do bebê, que estava na hora do bebê nascer. Contestei, dizendo que não, já que era pra sentir fortes dores.

Gostava de ir à feira comer pastel e tomar caldo de cana. Eu disse que apenas depois de comer, eu iria para o hospital. Minha mãe disse que não e que caso o médico dissesse que não nasceria nesse dia, voltariam e iriam à feira. E assim foi. Meu pai, muito preocupado, foi procurar um táxi para levar sua filha ao hospital, porque seu carro estava na oficina. Quando o táxi chegou, o taxista estava mais preocupado do que minha mãe. Perguntava se e bolsa já havia se rompido, nem imaginava qual

era a sensação ao romper a bolsa. Ele foi o mais rápido possível para o hospital. Ao chegar ao Hospital Santa Helena e passar pelo médico, ele disse que ficaria internada, pois estava quase na hora do bebê nascer. Minha mãe não poderia ficar no quarto e retornou para casa.

O parto foi tranquilo. Eu estava assustada. À minha volta havia outras mulheres sentindo a dor do parto, chegando a gritar de dor. Eu achava que também sentiria, já que falavam da dor. A internação foi às dezenove horas, mas a bolsa não havia se rompido. O médico, com um instrumento próprio para isso, que furou a bolsa. O médico foi olhar as pacientes que ali esperavam o nascimento de seus filhos e assim ele disse: - Vou ali fazer uma cesariana quando voltar quero esse bebê nascendo. Mas nem deu tempo, ele estava tomando café quando a enfermeira o chamou para que fosse rapidamente porque a cabeça do bebê já estava saindo. A enfermeira rapidamente disse para sentar na cadeira de rodas para realizar o parto. Parecia estar mais preocupada do que quem estava dando à luz.

O parto foi muito rápido. Entrou na sala de parto e o médico disse que fizesse força sem respirar e, assim, logo ouvi meu bebê chorar. Logo a teria em meus braços. Ao colocarem o bebê

já vestido e limpo em meus braços disseram que desse de mamar, mas eu nunca havia pegado uma criança a enfermeira disse pra colocar o seio na boca e pronto. Foi o que fiz e do jeito que o bebê foi colocado em meus braços permaneceu até o dia seguinte. Esse dia foi marcante, único e um dos mais felizes de minha vida.

Considero-o como uma experiência única,
conforme afirma Larossa:

saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece.

Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida (LAROSSA, 2002, p.27).

Descobri apenas então o sexo do bebê: era uma menina linda e ela foi como uma boneca com quem eu treinaria de como ser mãe. Meu pai não foi ver-me no hospital, pois disse que não suportaria ver e não poder trazer sua filha e neta para casa. No dia que recebi alta, meu pai foi buscar-me todo feliz, voltou a falar comigo e ficou apaixonado pela neta.

O relacionamento com minha mãe começou a melhorar logo após o nascimento de minha filha.

Foi quando começamos a nos conhecer de verdade, passamos a conversar, dividir experiências, a ter conversas de mãe para filha, nos tornando amigas, compartilhando vivências, tornando-nos uma família feliz, unidos por um ser tão pequenino que trouxe grandes transformações.

Tive que parar os estudos porque tentei entrar com licença maternidade, mas era início do ano letivo e não havia essa possibilidade. Fiquei um ano sem estudar, tinha parado no primeiro ano do ensino médio.

Retornei a uma escola quando minha filha estava perto de completar um ano de idade. Comecei a deixá-la na creche e ir à escola de manhã, mas acabou não dando certo, porque a criança ficava doente e havia a necessidade de trabalhar para sustentá-la, já que era minha responsabilidade. Mudei meu turno na escola para a noite.

Consegui um emprego como menor aprendiz em um supermercado, sendo meu primeiro emprego. Não consegui conciliar o emprego e os estudos e parei novamente de estudar. Nesse emprego, conheci um rapaz com quem teria mais uma filha e, devido a sua frequência a uma igreja seria obrigada a casar e assim aconteceu: me casei na igreja e no cartório como desejava. Esse casamento duraria

sete anos, um casamento de fachada, em que meu marido nada fazia para ajudar em casa, pois morávamos na casa do sogro. Nem se preocupava em ajudar nas despesas, nem com remédios ou mesmo fraldas para a criança. Mesmo assim nos dávamos bem.

Minha segunda filha nasceu prematura de oito meses, pois aos sete meses tive hemorragia de três dias e precisava de repouso, porém não consegui permanecer em casa e voltei a realizar minhas atividades. Sendo assim, o bebê nasceu ao completar oito meses, necessitando de mais cuidados, já que sua saúde era frágil, pois teve uma gestação conturbada.

7. UMA NOVA TENTATIVA E UM PENSAMENTO PESSIMISTA

Fiquei mais cinco anos longe da escola, só depois disso retornei à sala de aula. Cursei a EJA à noite, fiz a prova da SEDUC para eliminar matérias e consegui eliminar sete matérias. Fui para uma escola no centro da cidade que só trabalha com EJA: o "CEJA" Centro de Educação de Jovens e Adultos Cesário Neto.

Tentei trabalhar novamente em um supermercado muito conhecido na cidade, mas passei em um exame seletivo para fazer aulas preparativas para o SISU, no CUIABÁ VEST, um programa feito pelo Estado de Mato Grosso e a Prefeitura de Cuiabá, que oferece cursinhos pré-vestibulares. Eu e minha mãe passamos nessa prova, mas o horário era o mesmo do meu emprego. Decidi fazer as aulas do cursinho, pois já havia perdido muito tempo sem estudar e não trocava os estudos por nada mais.

Estudava à tarde e à noite comparecia às aulas do cursinho. Foi assim o ano todo, mas me julgava incapaz de conseguir uma vaga na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pelo motivo de ter estudado EJA. Muitas pessoas falavam mal dessa modalidade, diziam que já era difícil conseguir uma vaga na UFMT participando de aulas regulares de escolas particulares.

Imagina dessa modalidade, que geralmente era frequentada por jovens que haviam parado de estudar por muito tempo por algum motivo, e a idade já não se adequava às aulas regulares ou eram pessoas idosas. Mesmo assim continuei a estudar e sabia que queria concluir o ensino médio e fazer algum curso superior, para poder retribuir por tudo que meus pais fizeram por mim a vida toda.

Conclui o ensino médio e fiz o Enem junto com meu irmão e minha mãe. Insegura de fazer a prova, fui tentar e pensei várias vezes em desistir e seguir a vida como tantos outros jovens que preferem trabalhar em vez de estudar para ter uma profissão.

Foto do cartão de confirmação para realizar a prova do ENEM



Acervo pessoal

Nesse ano uma tia estava doente. Meu pai ficou muito preocupado, mal dormiu pensando nessa tia que ficou internada no Pronto Socorro.

Essa tia estava piorando seu quadro de saúde. No final do ano à angústia tomava conta de meu pai, e eu também comecei a me preocupar, dado que as condições financeiras da família não estavam nada bem. Estava na casa de meus pais com uma filha pequena. Achava que estava dando trabalho e gastos ao seu pai.

Ficava no quarto a maior parte do tempo, quase não comia, mas tudo começou a mudar quando começaram as inscrições para o SISU para concorrer às vagas na UFMT, todos os dias olhava para ver a nota de corte e percebi que ainda estava concorrendo. Minha mãe dizia que apenas meu irmão tinha chances.

abraçou-me, parabenizando-me e dizendo que sabia que iria conseguir. Minha mãe também me abraçou, dizendo que as coisas iriam melhorar, para levantar a cabeça e ir em frente. Logo minha tristeza foi-se embora e queria mostrar a meus pais que sabia fazer coisas certas e poderia ser motivo de orgulho, e ser responsável, já que somente eu havia conseguido uma vaga para estudar na UFMT.

Ansiosa para que começassem logo as aulas, nova fase da vida iria começar. Aos poucos as coisas se encaixariam, mesmo com medo do novo de não conseguir, por ser ignorante em vários assuntos, e pelos estudos que não foram aprofundados em sala de aula.

As aulas se iniciam e quase não falava em público. Pensei em desistir por ter que expressar aos colegas e professores, mas estava gostando desse mundo que desconhecia, novas concepções se formavam em minha mente, conceitos reformulados, conhecimento eram apreendidos, questionamentos iam surgindo a nova forma de ver a vida ia renascendo.

Porém a igreja que frequentava começou a interferir, dizendo para tomar cuidado com o que os professores diziam em sala, não se deixando

levar nessas conversas e se esquecendo da doutrina que aprendeu que muitos por sua vez ingressaram em uma faculdade se perderam do caminho que seguiam. Mas era isso que estava acontecendo: questionamentos em relação à igreja iam tomando conta de minha mente. O pastor não estava gostando nada disso, estava taxada na igreja como rebelde e até meu marido dizia que estava diferente. Eu dizia que não, que eu sempre havia tido vontade de aprender.

Meu casamento, por mais que não houvesse brigas, não estava feliz. Via meu marido mais como amigo do que como marido, mas, devido à igreja, que dizia que o casamento era para sempre, até que a morte os separe, suportava a falta de responsabilidade dele em não ajudar em casa e a cuidar das filhas, porquanto o pastor dizia que o papel do homem era trabalhar fora de casa e da mulher trabalhar em casa cuidar dos filhos e eu não concordava com isso.

Começaram as desavenças com meu marido e com a igreja. A diversão era ir à faculdade, conversar com pessoas que havia feito amizade, quando voltava para casa parecia que retornava a outro mundo, mundo de tristeza.

Na Universidade, conheci uma professora que tinha um método de ensinar diferente dos outros que já haviam ensinado, era rígida nos conteúdos, cobrava intensamente os conhecimentos transmitidos e dizia que o importante era que os alunos aprendessem além de notas. Eu passava madrugadas e finais de semanas estudando para compreender os conteúdos dessa professora, que me fez entender muita coisa. Foi a disciplina de Sociologia da Educação, com a professora Izumi Nozaki.

Essa professora fez com eu me desenvolvesse, fazendo-me entender a situação que estava passando em casa. Até comecei a falar em público quando precisava apresentar seminário. Eu ficava muito nervosa, mas falava. Com ajuda dessa professora, até minha autoestima estava melhorando, conselhos eram dados pela professora e refletidos por ela por horas ao chegar a casa.

Quando estava cursando o segundo ano, candidatei-me a uma bolsa de estudos e fui uma das alunas escolhidas para participar do grupo de pesquisa com a professora Márcia Ferreira. Passei a fazer parte do Centro Memória Viva, cujo foco é estudar a educação de Jovens e Adultos no Centro-Oeste. Identifiquei-me bastante, por ter

concluído seus estudos através dessa modalidade.

Aprendi a fazer catalogação bibliográfica e documental, com aulas dadas pela professora Elizabeth Madureira Siqueira. Tive aulas com o professor Elismar Bezerra, sendo transmitidos os conhecimentos sobre movimentos sociais, através disso compreendi um pouco sobre a história do MOBRAL, textos reflexivos para confrontar as ideias e aprender a interpretar os textos estudados.

Fiz catalogação de livros, revistas, entrevistas, fitas VHS e outros na Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP). Lá conheci pessoas que se tornariam como parte da família. Era um trabalho prazeroso. Além de aprender muito e fiz verdadeiras amizades com a Nilda, que ajudava de forma voluntária com as manipulações das homeopantias e organização do lugar, com professora Edna Fernandes Amaral, que realizava as consultas e receitava as homeopantias, e com outras pessoas que frequentavam de forma voluntária o lugar e desenvolviam o trabalho de catalogação junto a outros bolsistas do Centro Memória Viva.

Foto dos bolsistas catalogando livros da ABHP



Acervo pessoal

Participar do grupo de pesquisa foi muito gratificante. Aprendi valores humanos, a conviver com pessoas diferentes, trabalhar em equipe, já que junto aos colegas bolsistas na ABHP, e apresentar o trabalho que estava sendo desenvolvido pelos bolsistas. Os bolsistas eram: Márcio Neves, aluno do mesmo curso de Pedagogia, Roselayne, e Selma, que eram do curso de Geografia, e Cristina Grabriela, do curso de Física. Fizemos um pôster para ser exposto na UFMT.

Foto do banner confeccionado pelos bolsistas da ABHP para o SemiEdu.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E MOVIMENTO SOCIAL À FAVOR DA VIDA: ACERVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMEOPATIA POPULAR/ABHP

Autor: Roselayne Laura da Silva Oliveira
Co - Autores : Christina Gabriela Aguiar do Lara Danley de Pinho Xavier Caplini
 Márcio Francisco das Neves
 Selma Glaucio dos Reis
Agência Financiadora: MEC/SESU/PROEXT

FICHA PARA ARRANJO DE JORNAIS

Fundo	ABHP
Título do Jornal	Dinamizando
Data de Publicação	Cuiabá; 1992
Título do Artigo	Em compasso de espera. Florais de Bach. Estudo de caso. Relatório dos trabalhos realizados pela equipe de Pelotas- RS no ano de 1992. Agentes de saúde de Duro preto vão trazer com os índios Yanomami de Roraima. Cartas ao IPESP.
Autor/Editor do Artigo	Julier Sebastiao. Equipe de Pelotas- RS
Numero e Página	Nº 10: 07 páginas.
Resenha do Boletim	No início é feito uma reflexão sobre o após "impachment" de Collier pensando nas dúvidas e incertezas do povo brasileiro. Aborda sobre os Florais de Bach bem como quando fazer uso dos mesmo, mas faz um apontamento especial sobre o Reicux Remedy. Apresenta um relatório de todos os trabalhos realizados e o caminho percorrido para que o mesmo se realizasse.
Código	BR. CM/CO. IPESP. ABHP. J10
Palavra - Chave	Floralis Agentes. Trabalho.

Conclusão
 O trabalho de catalogação que está sendo realizado pelos bolsistas do CVM/MT na ABHP é de fundamental importância, não só para dinamizar e informar as atividades que a ABHP executa através da publicação do acervo, mas também para socializar as informações, disponibilizando-as num banco de dados para futuros pesquisadores e demais interessados em pesquisar temáticas relacionadas à saúde popular, saúde da mulher, homeopatia, plantas medicinais, educação ambiental, educação para saúde entre outros.

Introdução
 Este trabalho faz parte de um conjunto de pesquisas promovidas pelo Centro Memória Viva – MT sobre documentação relativa à educação de jovens e adultos, educação popular e movimentos sociais no estado de Mato Grosso. O objetivo deste pôster é apresentar o trabalho de catalogação dos documentos existentes na Associação Brasileira de Homeopatia Popular/ABHP, instituição criada em 1996 por um grupo de agentes pastorais da saúde do Instituto Pastoral e Educação em Saúde Popular/IPESP. A ABHP funciona em Cuiabá e apresenta entre seus propósitos a popularização da homeopatia e a conscientização pela luta por um sistema de saúde alternativo (ESQUEL, Jobe, 1999, p. 1). Os documentos catalogados são dos seguintes tipos: livros, boletins, correspondência e fotografias.

Metodologia
 O propósito deste trabalho consiste em um trabalho de catalogação, abrangendo a pesquisa qualitativa e quantitativa. Baseia-se em revisão e levantamento de documentos que possuem na Associação Brasileira de Homeopatia Popular, e busca conhecer mais sobre a história dessa instituição. Foram utilizados como auxílio Edna Fernandes Amaral (2008), Julier Sebastião (1992), Luiz Augusto Passos (2010), Eduardo Stoltz Navarro (1999), José Renan Esquivel Ferreira Ibsa (1999).



Objetivos
 Este trabalho tem como objetivo a divulgação da catalogação que vem sendo realizada na Associação Brasileira de Homeopatia Popular/ABHP desde março de 2013 sob orientação de Nilza Xavier Siqueira. Atividade de extensão que vem sendo realizada na ABHP pelos bolsistas do Centro de Memória Viva – MT tem o foco na responsabilidade social. Parte-se do pressuposto do compromisso com a interação e conhecimento do ambiente da ABHP para que seja conhecido o trabalho feito pela associação, de forma a disseminá-lo e apoiar a divulgação do trabalho existente na associação.




Foto equipe ABHP



Acervo pessoal

Participei desse grupo de pesquisa durante um ano, mas no ano seguinte não havia perspectiva para os bolsistas continuarem os trabalhos. Essa experiência contribuiu grandiosamente em minha vida, aos poucos fui entendendo que dava conta

das atividades, mesmo que fossem em passos lentos, mas estava caminhando com ajuda dos amigos que conquistei desde a entrada no curso de Pedagogia.

Consegui um estágio para o ano seguinte que ajudaria a sustentar minhas filhas. Pedi a minha orientadora do Centro Memória Viva que fizesse uma carta de recomendação e ela prontamente elaborou a carta.

Quando estava no segundo ano na Universidade, estava quase me separando. O mundo parece ter desabado em minha cabeça.

Foi uma fase difícil, mas não desisti do sonho de concluir um curso superior.

Participei de uma disciplina optativa sobre EJA, com o professor Adelmo Carvalho da Silva. Os estudantes da disciplina tiveram o privilégio de observar uma sala da EJA na Escola Estadual Victorino Monteiro da Silva, atendendo jovens e adultos no período noturno. Me encheu de entusiasmo ver os alunos com sede de aprendizado e relembrar que foi a oportunidade de reingressar em uma sala de aula, que me fez voltar a sonhar, assim como tinha alunos ali que sonhavam em não parar de estudar que uma melhora de sua vida

social e econômica. Essa experiência contribuiu muito para minha formação acadêmica e pessoal.

Sempre me lembrava de minha motivação de continuar por minhas filhas, que sempre foram o maior motivo de tentar com minhas próprias forças e ter uma vida financeira melhor. O outro motivo era meu pai, que sempre esteve ao meu lado, mesmo decepcionado, mesmo triste, sempre me dizia que poderia contar com sua ajuda.

Segui em frente com feridas, mágoas, contudo, me tornando forte para continuar contando com meus amigos do meu lado. Como não lembrar deles: Elizabeth Dias de Carvalho, Márcio Francisco das Neves e Ana Clara Felipe e outros colegas de sala.

Comecei a trabalhar em uma instituição privada, em que aprendi muitas coisas.

Após alguns meses de namoro, casei-me novamente com uma pessoa capaz de ouvir-me e compartilhar dos bons e maus momentos. Desde então, vamos vivendo felizes com nossas filhas, mesmo que nem tudo seja perfeito, tentamos ser felizes e vencer todas as dificuldades juntos. Meu marido sempre me incentiva a estudar e batalhar pelos meus sonhos. Sempre ao meu lado, mostra que sempre há uma solução e é possível

ser feliz de novo, que sonhos podem ser realizados, barreiras quebradas, experiências sempre nos transformam, que somos capazes, basta batalhar, ter força e valorizar aos que estão à nossa volta, que a luz no fim do túnel pode estar mais perto do que se imagina.

Trazendo na memória experiências vividas, sendo elas boas ou ruins, mas que trazem algum aprendizado, remetendo a valores familiares, que levam a significativas preparações para o futuro.

Como mostra Pollak:

Não se trata apenas de herança no sentido material, mas também no sentido moral, ou seja, do valor atribuído a determinada filiação. Sabemos que a memória, bem como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constitui um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas (POLLAK,1992, p.5).

Por fim, resgato minha família novamente, resgato minha vida, aprendo a dar valor ao que realmente importa e que a felicidade é estar e batalhar com quem realmente vale a pena, que a felicidade é muito mais que momentos passageiros, é resultado das experiências eternizadas. Provei a mim mesma que as poucas aulas na modalidade de EJA valeram a pena e quero

mostrar aos outros que sou capaz de muito mais, de forma que outras pessoas valorizem esta modalidade, que proporciona a tantos jovens e adultos a conclusão de seus estudos e a possibilidade de sonhar mais alto, ou, simplesmente, a possibilidade de sonhar.

9. DE UMA HISTÓRIA NASCE UMA PESQUISA

O meu memorial demonstra como a EJA é capaz de transformar a vida social de alguém que se julgava incapaz de se inserir na sociedade, sem estar à margem dela, trazendo autoestima, tornando uma pessoa crítica.

Portanto conforme o relato descrito acima, com experiências compartilhadas através deste memorial, nasce o anseio de dividir com as outras pessoas uma breve pesquisa sobre a EJA da qual fez parte, tendo como o objeto de estudo a EJA e seu objetivo a **EJA: a inserção do aluno em uma nova perspectiva de vida**, buscando base teórica para explicar alguns motivos e a nova fase após ingressar na escola depois de muito tempo fora dela.

9.1 A inserção social do Jovem e do Adulto analfabeto ou pouco escolarizado

A questão do analfabetismo no Brasil era assustadora no início do século XX e se tornou mais grave ainda quando termina 2ª grande guerra mundial. O Brasil era um dos países com alto índice de analfabetos, então o governo federal investe em programas para erradicar o analfabetismo. Surgem então alguns programas como: Campanha de Educação de Adolescente e

Adulto (CEAA) e Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cada com suas características e proposituras.

As investidas do governo começam no final da década de 40 com o CEAA. Iniciada em janeiro de 1947, foi considerada uma das maiores campanhas para combater o analfabetismo, sua meta de matrícula era de 500.000 alunos já no primeiro ano de execução do programa, porém essa meta foi ultrapassada e foram matriculados 659.685 alunos e, em 1953, atingiu seu auge com 850.685 alunos matriculados no curso (Paiva,1972, p.339). Os índices de evasão, no entanto, também eram muito grandes.

No ano de 1958, o governo federal reconhece as falhas e o fracasso da campanha, pois ela se tornara simplesmente uma técnica de ensinar a escrever o nome. Foi então que a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) entrou em funcionamento, com o apoio da UNESCO e da OEA, com propósitos educativo-culturais especificamente para a população das áreas rurais. Essa se transformou em uma Missão Rural de Educação de Adultos, momento em que grupos eram organizados com a intensão de estudar problemas específicos. Era uma metodologia que

visava a aproximação da comunidade, pois seu caráter era assistencialista. Mas essa Missão também fracassou, porque seu objetivo maior, provocar o desenvolvimento, não fora alcançado.

Nos anos 70 surge o MOBREAL, com o propósito de promover a alfabetização em massa da população. Para entender o MOBREAL, é necessário respondermos a questão sobre sua função e motivos de lançamento, esse programa era nada mais que uma fundação criada com o objetivo de financiar programas descentralizados em comum acordo com Departamento Nacional de Educação (DNE) do MEC. Entretanto essa vinculação não funcionou, conforme Paiva (2003):

A desvinculação do Mobral do DNE em julho de 1969 indicava que a orientação tecnocrática não seria seguida. [...] A Cruzada ABC viu se praticamente reconhecida como programa oficial através do convênio firmado com o MEC em 10 de agosto de 1967, no qual era ressaltada a "perfeita adequação" ente os seus objetivos e os da política governamental. [...] Ao Mobral caberia apoiá-la financeiramente. (PAIVA, 2003, p. 345).

O Mobral se tornou obsoleto e sua regressão era indiscutível e os resultados foram constatados no censo de 1980, confirmando o aumento da população analfabeta no Brasil Para aumentar o atendimento à população jovem e adulta não escolarizada, os órgãos estaduais

responsáveis pela educação se associam às ações do governo federal, que após a aprovação da Constituição Federal de 1988, registra o reconhecimento da educação de jovens e adultos como um direito da população e um dever do Estado, organizando legalmente a educação gratuita para esta modalidade.

De acordo com o artigo 208 da Constituição de 1988:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

A Constituição Federal foi uma importante conquista para o reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos, tendo como ponto principal sua valorização, de forma igualitária que abranja todas as áreas.

A década de 1990 marcou diversas conquistas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Dentre elas, cabe destacar a realização, a partir de 1999, dos Encontros Nacionais e Regionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJAS e EREJA's, que muito colaboraram com diversas articulações dos Fóruns de EJA e entre outros Fóruns, influenciando assim políticas

públicas de educação de jovens e adultos nos estados e municípios.

As unidades educacionais que desejavam oferecer essa modalidade de ensino começaram a formular seus projetos pedagógicos para atender cursos noturnos regulamentados para a EJA. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 incluiu em seu texto a EJA. Este Plano definiu como um de seus objetivos a participação efetiva do governo federal, estadual e municipal na erradicação do analfabetismo no país.

O PNE definiu que a EJA precisava estar incluída na educação nacional ao menos em forma equivalente ao ensino fundamental, reconhecendo que é importante e indispensável a organização material didáticos específicos e a especialização de profissionais na área.

Também considero importante salientar, no contexto mato-grossense que, em setembro de 2003, foi realizado, em Cuiabá, o V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, o V ENEJA. Conforme explica Silva (2005), o tema central do encontro foi “Educação de Jovens e Adultos para a cidadania: comprometimento e continuidade”. O autor destaca os principais propósitos do encontro:

O Encontro de Cuiabá objetivou colocar em discussão a década da alfabetização; discutir a inserção da educação de jovens e adultos nos planos estaduais e municipais e a consolidação das diretrizes e bases, como também, oportunizar espaço para intercâmbio de experiências, projetos e ações sobre a EJA. (SILVA, 2005, p.6)

Um importante papel tem sido desempenhado pelos Fóruns da EJA em Mato Grosso e em todos os estados brasileiros. Esses fóruns vêm sendo um lugar de discussões para uma nova formação de professores e uma nova organização de movimento social para melhor acolher os jovens e adultos que procuram essa modalidade.

10. EJA: A INSERÇÃO DO ALUNO EM UMA NOVA PERSPECTIVA DE VIDA

Muitos jovens e adultos, por diversos motivos, acabam abandonando as salas de aulas, às vezes por emprego, família ou até mesmo pela falta de acesso.

Infelizmente, as classes menos favorecidas são as mais atingidas com a falta de acesso à sala de aula, por diversos motivos desistem de concluir ao menos o ensino fundamental. E quando esses sujeitos tentam voltar, se deparam com muitas dificuldades nos conteúdos aplicados em sala de aula, deixando-os novamente à margem da escolarização, tornando até mesmo sua vida socioeconômica mais difícil.

Em algumas conversas informais com pessoas que voltam às salas de aulas depois de muitos anos, nota-se o entusiasmo de cada fala, principalmente em idosos e jovens, que ao retornarem às salas de aulas voltam a ter uma nova perspectiva em suas vidas, que às vezes por anos não tiveram, que buscam conhecer sua identidade, seus direitos.

Mesmo que o aluno da EJA esteja disposto a ingressar novamente em uma sala de aula, às vezes ele se depara com um sistema que está em processo de adequações, possuem deficiências, que, por sua vez, pode afastar o aluno, causando a evasão

escolar: salas e conteúdos infantilizados, conteúdos fora do cotidiano do aluno, tornando o aprendizado incompreensível.

Aos poucos vão ocorrendo melhoras, beneficiando o jovem e adulto que pretende voltar para escola, abrindo novas possibilidades, oportunizando lhes começar uma nova história, a buscar seus direitos, contribuindo na vida social e revigorar sonhos e objetivos do indivíduo.

O direito do jovem e ao adulto retornar para a escola, ou, até mesmo, frequentar pela primeira vez uma sala de aula é sinal de igualdade, de reconquista de sua cidadania, dignidade, a busca de seus direitos violados e de ter acesso a uma educação de qualidade.

O professor tem um papel fundamental para proporcionar ao aluno da EJA condições de ensino, o docente tem que ser mais do que um simples professor. Precisa ser um meio de motivações ao aluno, ser o condutor a esses alunos que estão sedentos pelo conhecimento, respeitando as dificuldades dos mesmos.

O docente nesta modalidade deve ser um motivador e acreditar que a EJA é capaz de transformar vidas, que a compreensão dos conteúdos é possível, desde que o acolhimento

dos estudantes tenha como foco as experiências que eles trazem consigo, com dedicação, mostrando a eles que são capazes de reescrever sua história com um final melhor.

A EJA vem acolher aqueles que de alguma forma foram afastados dos estudos e por diversos motivos não puderam retornar à sala de aula. Essa modalidade é muito mais que uma sala de aula ou uma apenas mais uma “modalidade”, é um lugar de voltar a sonhar, resgate de conhecimento, de crescimento, construção, que tem como mediador o professor, que se utiliza de meios de ajudar e construir conhecimentos, reforçando seus direitos.

Os jovens e adultos, ao retornarem aos estudos, expressam grande empenho nas salas de aula, falam em determinação, independência, oportunidade, objetivos, autonomia, sonhos, mas, até chegar ao ponto de acreditar neles mesmos. é como um trabalho de formiguinha, o aprendizado é aos poucos. O educador deve saber ouvir, para que o aluno se motive e continue em busca de novos conhecimentos.

Ao observar alguns depoimentos de vídeos e documentários: EJA- o filme mp4; EJA-Educação de Jovens e Adultos; Minha História Meu Saber, depois que os alunos percebem que estão se

desenvolvendo, não querem mais parar seus estudos, começam a ir mais à frente e chegam a dizer que só vão parar quando morrer, pois eles conseguem ver uma nova condição social através dos estudos.

No entanto, este aluno que se afastou na escola se vê incapaz de recomeçar, trazendo em si marcas de inferioridade, do fracasso escolar. Os problemas ou as más condições de vida é ele quem carrega, se culpando das oportunidades que lhe foram negadas no decorrer de sua vida, apesar de não ser o culpado.

Assim como diz Dourado (2005, p.2):

Trata-se de temática complexa que não se resume a uma única dimensão e não possui um único culpado. ... envolvendo, portanto, as dimensões histórica, cognitiva, social, afetiva e cultural.

Portanto, os estudantes não devem se sentir culpados, se fechando, se deixando marginalizar pelas condições decorrentes de sua vida.

Contudo, essas pessoas, mesmo com todo sofrimento que carregam, trazem consigo experiências de vida, transbordam conhecimentos, experiências vividas. O professor pode aproveitar esses conhecimentos para motivar seus alunos. Pois muitas vezes o aluno se vê desmotivado, evadindo-se das salas de aula. Às

vezes, pelo fato de os professores não estarem capacitados, os conteúdos não serem planejados para a faixa etária dos estudantes, as salas infantilizadas, a reprovação ainda é um dos agravantes da desistência das escolas.

Por sua vez, muitas pesquisas vêm sendo feitas para que esse quadro mude e as condições e a qualidade dos cursos destinados aos jovens e adultos melhore. Os Fóruns e Encontros Nacionais de EJA foram criados exatamente para se que busquem melhorias de vida e social aos que estão marginalizados.

Sabemos que pessoas que frequentaram a escola defender melhor seus direitos do que aqueles que não conseguiram terminar seus estudos. Como diz Haddad (2003):

Os jovens e adultos analfabetos, ou com pouca escolaridade, são pessoas que tiveram no seu passado um direito violado por não poder frequentar a escola. Ao serem privados desse direito, perderam uma importante ferramenta: o acesso ao saber sistematizado que é produzido pela humanidade (Haddad, 2003).

As pessoas procuram sempre ultrapassar os conhecimentos já obtidos, buscando novos conceitos. O direito a educação é, também, o direito a que o sujeito busque cada vez mais novos desafios e a superar a si mesmo e a

modificar a sociedade onde vive, sua profissão, suas condições sociais.

Ao aluno se apossar desse direito ao conhecimento ele se “empodera” do mundo, constrói sua própria história, se torna produtivo na sociedade e luta por melhores condições econômicas.

O indivíduo necessita de um processo educativo não só da escola, mas também no convívio da sociedade, da família, dos amigos, no trabalho e até mesmo em uma religião, esses processos são para toda a vida podendo ser formais tais como a escola ou informais como aprendizados no convívio com a família e amigos.

No entanto, os jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino formal foram privados de seus direitos e lhes foram negados o direito de frequentar uma sala de aula, fazendo-lhes perder uma das mais importantes ferramentas: que é o conhecimento estruturado. Porém, a educação está presente na vida do ser humano, que o faz batalhar por compromissos, que contemplem os direitos não só dele, de outras pessoas e grupos, exercendo sua cidadania.

Assim como diz Haddad (2003):

São práticas sociais que requerem processos educativos. Que educamos para o convívio social com justiça ou nas relações de desigualdade que vão resultar na miséria que consequentemente resultará na discriminação e violência (HADDAD, 2003, p.2).

Buscar entender os motivos do não ingresso na escola ou os motivos que os levaram a desistir não é o bastante, mas buscar saber o que os motivou a voltar a sonhar, a correr atrás de uma nova perspectiva de vida, buscando melhorias não a si mesmo, mas aos que estão à sua volta. Isto sim me instiga enquanto ser humano que tenta compreender que para nós não há limites e enquanto em minha formação acadêmica, que me faz buscar novos conhecimentos, acumulando-os, para que mais tarde eu possa compartilhá-los com todos quantos quiserem.

Aquele que exerce sua cidadania de forma dinâmica reforça e estimula a luta em favor de uma minoria esquecida, fomenta a buscar seus direitos civis, sociais e culturais. Com isso, desenvolve-se no indivíduo a liberdade de se expressar, de pensar, de agir, a liberdade de se sentir capaz. Mas para que esses direitos venham a ser exercidos, é preciso desenvolver programas e políticas que abranjam a ampliação das

oportunidades a todos, fundamentadas na igualdade.

Para que seja possível o compartilhar de conhecimento, é necessário que o processo educativo seja não só do educando, mas também do educador, que ambos sejam motivados a buscar outros caminhos a realização de seus direitos.

De acordo com Haddad (2003, p.3), o educar é:

[...] a construção de uma sociedade plena em direitos requer provocar, estimular educadores e educando a pensarem sobre sua própria realidade, realidade de sua comunidade, de seu país, de seu mundo. A partir desse diagnóstico, refletir sobre sua responsabilidade e conceber uma prática individual, e também coletiva, para interferir e modificar esta realidade.

Essa construção precisa conter novas propostas e reformulações de melhorias para que possa desencadear uma cultura crítica, com justiça, com coparticipação nos direitos de todos, transformando a realidade por algo mais digno.

A educação de jovens e adultos relaciona-se diretamente com a cidadania. Ela instiga a prática da justiça social, como uma nova chance e recomeçar, de aumentar a autoestima, de se

sentir útil em ser capaz de ler um livro, de assinar o próprio nome.

A escola tem um papel fundamental nesse processo. É necessário que haja condições para que os conteúdos possam avançar e ir além, respeitando as diferenças, o processo de aprendizagem, opor-se contra preconceito linguístico, contribuindo e dando voz aos que por anos se calaram.

Conforme o desenvolvimento de cada um, o processo educativo pode ir inserindo o educando no mundo letrado, de forma que possa compreender que há várias formas linguísticas, que há várias formas de linguagens sem desvalorizar sua forma de falar, promovendo que o aluno vá além, “empoderando-o”.

Assim, conforme diz Santos (2011, p.3):

Entende-se aqui o empoderamento como decorrência da ação coletiva, medrada por indivíduos que desenvolvem uma maior consciência política e cívica dos direitos sociais, adquirindo uma maior compreensão da complexidade das relações sociais, que sustentam os contextos econômicos e políticos mais amplos.

O educando, quando percebe que o ler e escrever são uma conquista, capaz de transformar cidadãos conscientes, críticos, capazes de realizar seus objetivos, começa a acontecer a

inserção social, a inclusão, ocasionando, assim, a autoestima, tornando-o mais confiante ampliando as possibilidades pessoais.

Por isso, a EJA tem um papel importante na vida desses jovens e adultos que querem voltar a estudar, pois, proporciona, integra, aumenta os conhecimentos, modifica, promovendo cidadania, um resgate da dignidade, integrando o educando no mundo letrado, trazendo melhoria de vida não só a ele, mas aos que estão a sua volta.

A EJA traz a retomada do tempo perdido, liberta e auxilia nas mudanças importantes do ser humano tanto na vida pessoal tanto na vida profissional. O educando sente-se capaz e, através disso, busca novas expectativas. Ela tem um papel de libertação da opressão social.

A liberdade deve ser realizada em comunhão e por seu próprio esforço. Devem pensar, mas não como coisas, mas como humanos capazes de buscar seus objetivos e não reproduzir em outro aquilo que tanto os oprimiram no passado, tornando um círculo vicioso.

O educador deve levar em conta as experiências que o educando traz, fazendo com que o educando estabeleça sua autonomia sendo

capaz de expor suas ideias como um processo social e histórico.

Sobre isso Freire afirma (1996, p. 25): “quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se ao ser formado”.

A autonomia e a dignidade representam uma melhoria de perspectiva para o futuro, no sentido da transformação. No entanto, para haver essas mudanças, também são necessárias transformações na qualidade de ensino desses jovens e adultos, novas práticas pedagógicas, novo método de pensar de forma que amplie o conhecimento e o vocabulário desses alunos contemplando-os como um todo.

Essas mudanças exigem esforços e pessoas comprometidas com essa luta, não deixando por conta do professor, mas contando com diversos segmentos sociais em busca de inovações. Por isso, a importância da organização dos fóruns, dos ENEJA's, entre outros, para promover um ensino digno a esses alunos que não tiveram acesso à escola na idade certa.

A EJA não é só um lugar de aprendizado do ler e escrever, mas um lugar de aceitação, lugar de se aceitar, reconhecer e se orgulhar de sua identidade, pois muitos jovens tendem a negar-se a si mesmos, inferiorizando-se enquanto pessoas,

por serem de famílias de trabalhadores, negam seus corpos, seus cabelos, suas origens, e a EJA também tem o papel de trabalhar isso à aceitação do “eu”.

A sala de aula é uma reintegração do ser humano com o social. Contribui para desmitificar os padrões que a sociedade capitalista impõe, que exclui aqueles que não possuem tais padrões. A EJA pode contribuir para a construção de uma identidade coletiva, destacando o valor de cada corpo, cabelo, tom de pele, fazendo os estudantes a se aceitarem como são e buscar melhorias, não para se encaixarem nessa sociedade, mas para poder lutar por uma sociedade mais justa, digna sem máscaras, sem padrões, mas que todos são iguais, capazes de realizar seus objetivos.

Para que esse “empoderamento” aconteça, os professores devem estar conscientes desses preconceitos e estarem sensíveis a apresentar outras formas de cultura do rompimento do embranquecimento das pessoas, mas mostrar e valorizar a cultura das diversas cores de pele, que esses professores percebam as mudanças que são necessárias a esse público. Os educadores não podem se esquecer que essas mudanças e saberes não são algo que é dado e acabado, mas algo que se modifica, se transforma, não surge

do nada, mas algo a ser incentivado, trabalhado, mostrar o caminho para depois o aluno possa buscá-lo cada vez mais.

A EJA deve ser imbuída de caráter emancipatório, com práticas pedagógicas que promovem uma aprendizagem expansiva de atitudes críticas, conscientizando e comovendo as pessoas a respeitarem o outro como ser humano, desconstruindo o autoritarismo, a desigualdade, exclusão e a injustiça.

Esse processo de libertação, de conscientização se fundamenta com a troca de experiências, do diálogo entre os educandos expondo e refletindo sobre suas dificuldades, expectativas, de seus interesses de forma que possam compreender os direitos de todos, humanizando e conscientizando em coletivo.

Esse "empoderamento" coletivo faz com que os educandos consigam exercer a cidadania e reconhecer seu papel na sociedade de forma ativa, saindo do papel de oprimido, tornando sua participação ativa e dialógica, a partir dos direitos que lhe foram tirados e, agora, não distantes da realidade, mas algo de sua vida diária, podendo usar na sua convivência, tendo o poder de lutar por seus direitos.

Nesse sentido, destaca-se a responsabilidade do docente fazer essa intervenção dos conteúdos relacionados aos direitos humanos. Assim como nos diz Tavares (2007):

A educação em direitos humanos, por sua vez, é o que possibilita sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância do respeito ao ser humano, apresentando-se na atualidade, como uma ferramenta fundamental na construção da formação cidadã, assim como na afirmação de tais direitos. (TAVARES, 2007, p. 488).

Isso possibilita a compreender o outro, o espaço e direito do outro, estimular o cidadão ativo que estava adormecido, fazendo intervenções no que lhe favorece de modo justo, entender seus erros e acertos de forma construtiva.

Mas isso só se torna possível quando quem ensina e quem está disposto a aprender confia nos propósitos, que buscam muito mais que simples conhecimento, que buscam mais do que um mundo letrado, mas buscam respostas para suas necessidades e lutam incansavelmente por uma vida melhor, mudando sua realidade, em busca de sua dignidade.

Ensinar a compreender a importância do outro, dos direitos que cada um, é um

comprometimento grande e trabalhoso, não ocorrendo de um dia para o outro, mas aos poucos vai se desenvolvendo tal consciência, que contribuirá não só para o educando, mas também ao educador que pode buscar novas formas de ensinar através de suas observações do estudante.

A EJA visa a valorização dos direitos humanos, o encorajamento aos estudantes buscarem crescimento cultural, intelectual, podendo opinar sobre sua cidadania e sobre sua dignidade, lutando a favor de seus direitos e conquistando seu espaço na sociedade.

Mostrar como a EJA é capaz de transformar vidas ou até mesmo de ajudar pessoas a voltarem a viver de uma forma mais digna satisfaz muito a um educador ou àquele que está em busca de uma formação. Observar seres humanos que buscaram por mais conhecimento, para um amadurecimento intelectual é algo deslumbrante.

Essa modalidade a cada ano que passa abre leques de pesquisas, trazendo à luz a muitas questões obscuras. Muito se tem pensado sobre o assunto possibilitando assim melhorias de ensino. Dados estatísticos, que ajudam a entender melhor o perfil desses alunos, a evasão, a desmotivação, tudo isso colabora com o educador

a elaborar estratégias adequadas para a turma de forma que cada estudante permaneça em sala de aula.

No entanto, não é uma tarefa fácil para o docente que precisa sempre estar inovando suas estratégias de ensino, pois com o passar dos anos tudo evolui, e a alfabetização deve se adequar junto com as tecnologias, as transformações do mundo, podendo o docente acompanhar esses avanços e assim trabalhá-los com seus estudantes.

Por isso, a formação do docente tem grande importância, sua qualificação vai ajudar ou prejudicar o desempenho do estudante em sala de aula. Os professores esbarram em muitos obstáculos a desenvolver suas atividades, de fazer seus planejamentos e de observar as características do grupo.

Professores da EJA devem ser bem preparados para lidar com esse público, buscar estratégias para atingir os objetivos a partir das vivências do aluno sem infantilizá-lo, tendo como ênfase a aprendizagem e a continuação do aluno na escola. Assim como nos diz Jatobá:

[...] o professor deve ter sempre em mente de que o seu papel é o de agente de transformação social e como tal pode, pela educação, combater, no plano

das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Cabe ao professor construir relações de confiança para que o aluno possa perceber-se e viver, antes de mais nada, como ser social. (JATOBÁ, 1999, p. 95-96).

O sucesso e o fracasso do aluno na aprendizagem dependem muito do professor, pois é ele quem vai escolher os temas a serem trabalhados de modo que tenha algum significado para o aluno, podendo deixá-lo dizer quais conteúdos podem ser explorados para melhor aproveitamento, tendo assim mais envolvimento dos alunos junto aos conteúdos.

Para que o jovem e adulto possa compreender os conteúdos da aprendizagem e esta se torne significativa em sua realidade, os conteúdos precisam ser problematizando, de forma que possam refletir sobre todas as áreas do conhecimento e ao que está a sua volta e no mundo.

Então, o educador tem o papel de mediador do conhecimento, indicador de novos caminhos e valores, para que o estudante se desprenda de todo preconceito, discriminação, oferecendo-lhe instrumentos numa nova fase de suas vidas.

O professor pode desenvolver uma relação de confiança professor- aluno, aluno-professor para

juntos superarem os conflitos que surgem em meio a sociedade, promovendo a formação e transformação do cidadão. De acordo com Garcia:

O professor deve compreender que é importante conhecer além das etapas de alfabetização, deve assim incentivar seus alunos ao gosto da leitura, compreender sua importância e encorajá-los a se manifestarem ortograficamente. (GARCIA, 2013, p.80).

Com isso, a escola pode propiciar um ambiente que garanta novos aprendizados, novos vocabulários instigando o aluno ao hábito da leitura e escrita, encorajar as trocas de conhecimentos, introduzindo os conhecimentos científicos de forma que um complete o outro, encaminhando-o para um novo olhar, novo mundo.

Assim como nos afirma Garcia:

É importante pensar que para os alunos da EJA a escola deve transcender a mera ideia de espaço para aquisição de conhecimentos para a de um ambiente de sociabilidade, em que se pode expor e aprender sem medo, o que muito contribuirá para a construção de sua identidade. (GARCIA, 2013, p.83).

O educador precisa estar atento a mudar suas estratégias, a refletir sobre suas ações e saber lidar com as várias dificuldades encontradas, mas sempre estimulando e encorajando o educando para que não se sinta destimulado e não venha a evadir da sala de aula, que venha sempre a progredir em sua formação enquanto cidadão,

disposto a conquistar e batalhar em favor de muitos, que, assim como ele, foram excluídos de uma sociedade capitalista, carregada de preconceitos, racismo.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo professor é trabalhar a questão de gênero e temas transversais, mas deve procurar formas que contribuam para a formação do aluno, sem exclusão, procurando outros meios a diminuir as dificuldades oferecendo mais oportunidades para sua qualificação e sua continuidade na escola, porém respeitando as diferenças e cultura de cada um.

Conforme nos diz Garcia:

[...] ao trabalhar com os alunos da EJA, o professor deve respeitar a diversidade de seus discentes, considerando os aspectos socioeconômicos, étnico, de gênero, as experiências profissionais e o contexto cultural, já que esses alunos fazem parte de um quadro de desfavorecimento social e a procura pela escola está relacionada a decisões que envolvem suas perspectivas pessoais e melhores condições de vida. (GARCIA, 2013, p. 86).

Infelizmente, há professores que possuem uma postura autoritária, supondo que somente eles detêm o saber, impossibilitando a relação professor- aluno, desmotivando o aluno nas aulas, deixando-o desinteressado e o espaço que seria para transformação, de auto

reconhecimento, lugar de trocas de conhecimentos, torna-se um lugar de frustrações, de monotonia e evasão.

Diversas pesquisas indicam que quando o professor tem uma relação mais acolhedora, dinâmica com os alunos, abrangendo o cotidiano dos alunos para desenvolver suas aulas, o aprendizado torna-se mais significativo ao estudante, fazendo-o permanecer na escola, respeitando os conhecimentos que cada um traz no decorrer de sua vida. De acordo com Garcia:

Devem ser trabalhados conteúdos e metodologias apropriadas com a idade e as vivências dos alunos que procuram a escola, na maioria das vezes, para satisfazer necessidades pessoais que contribuam para seu crescimento. (GARCIA, 2013, p. 70).

O primeiro olhar do jovem e adulto, ao retornarem à sala de aula, é de medo, inseguranças. Procuram não se expor nas aulas e quase não respondem às perguntas feitas pelo professor e quase nunca fazem perguntas, deixando suas dúvidas encubadas, por vergonha do que os colegas vão pensar. Cabe ao professor sanar essas inseguranças de forma natural. Tornando prazerosa a aula, tanto ao aluno quanto ao professor, garantindo o direito à educação para todos.

De acordo com a constituição de 1988, art.205, a educação é um direito de todos e dever da sociedade e do estado, devendo, assim, garantir um ensino de qualidade que contribua para a formação escolar:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988, p. 110).

Mesmo que haja o direito, nem sempre ele é cumprido. Muitas vezes, esse direito é dado pela metade, como se quem fosse à busca de seus direitos na idade adulta fosse menos merecedor do que aqueles que estudaram na idade certa, fazendo os estudantes de EJA se sentirem inferiores aos demais. Por outro lado, também há experiências opostas a essa, em que os estudantes de todas as idades são valorizados, efetivando-se a lei, promovendo a igualdade e a cidadania. Assim nos mostra o Parecer do CNE, de 2000:

Esta função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. Neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. (BRASIL, 2000, p.9).

Por esses motivos os professores e as instituições devem estar preparados para receberem esses estudantes, garantindo sua permanência e uma educação de qualidade e continuada no tempo, de forma que possam seguir sua formação em nível superior e buscar novas conquistas da vida profissional e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu dossiê foi elaborado a partir de experiências que tive na EJA em meu processo de escolarização, do contato com outras pessoas que tiveram seus direitos barrados por algum motivo.

Estudar sobre o tema, me fez refletir enquanto pessoa e enquanto uma futura docente. Essa reflexão só foi possível através do curso de Pedagogia, que me abriu um leque de conhecimento para minha formação, devido as várias disciplinas e demais experiências acadêmicas. Conhecer um pouco sobre a história da educação, de como surgiram às primeiras formas de ensino e sua trajetória foi muito significativo, assim como estudar sociologia da educação. Complementar minha formação com disciplinas optativas também foi importante. A disciplina de fracasso escolar, por exemplo, contribuiu para compreender sobre os devidos motivos de evasão, reprovações, inclusive na EJA. A escolha do tema se deu porque eu mesma cursei a modalidade EJA. Por isso, me senti no dever de mostrar às pessoas o quanto esta modalidade é capaz de transformar vidas, seres humanos em cidadãos capazes e úteis para

sociedade, mas, principalmente para elas mesmas.

Este tema me remete à vitória, à transformação de vida, à mudança da minha história, não só a minha, mas as de várias pessoas que tiveram acesso à EJA. Mesmo que ainda haja muitas dificuldades, que muitas coisas precisem melhorar na EJA é possível contemplar a realização de muitas vitórias e mudanças, devido às pessoas que lutam a seu favor e por sua valorização.

Escrever sobre esse tema não foi fácil, mesmo tendo conhecido a EJA como estudante, mas não tinha uma base teórica e não conhecia a fundo sobre os fóruns e sobre a luta de pessoas que buscam por melhorias. Enfrentei a dificuldade de refletir sobre o que escrever e como escrever, onde buscar.

Refletir sobre os problemas e motivos pelo qual as pessoas não tiveram o acesso ou tiveram que desistir e a nova perspectiva de vida ao voltar a estudar ou participar pela primeira vez de uma sala de aula, me fez lembrar em minha vida como estudante do Ensino Fundamental. Porém escrever sobre o tema só foi possível com ajuda da professora orientadora de dossiê, que sempre me deu apoio e auxílio, pois ela sabia sobre as

fragilidades que me cercavam, me mostrando os caminhos que deveria percorrer para escrever, mostrando teóricos que me ajudariam.

É um trabalho árduo, parece ser impossível chegar a sua conclusão, muitas dificuldades aparecem, no entanto, tive o privilégio de contar com uma orientadora que defende a EJA, mas ao mesmo tempo se torna fácil, por ser um tema que remete à minha própria vida.

Torna-se prazeroso escrever algo que as pessoas possam ver depois e contribuir com elas através do conhecimento obtido no curso de pedagogia, no trajeto do dossiê e sua conclusão.

Espero que além de contribuir com outras pessoas, possa contribuir com o curso de pedagogia. Espero que o curso passe a ofertar em sua matriz curricular uma disciplina que abranja a EJA.

A pedagogia colaborou muito para minha formação, sempre quis trabalhar como professora, então a pedagogia está me possibilitando a concretizar meu sonho que só começou a ser sonho ao voltar a estudar e poder transmitir o que aprendi para outras pessoas, sejam elas jovens, adultos ou crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. De 5 de Outubro de 1988. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm<. Acesso em 13 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Do parecer Diretrizes Curriculares Nacionais/ Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Elaboração de Políticas e Estratégias para a Prevenção do Fracasso Escolar** – Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. Brasília, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, J. de V.; MACHADO, T.; ZERO, M. A. O Papel do Docente na Educação de Jovens Adultos. **Diálogos Pertinentes-Revista Científica de Letras**. Franca- SP.vol.9. n.1. jan/jun. 2013.

GUEDES, Ana Lúcia Pinto. **Memorial de Formação-Registro de um Percurso**. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação. Campinas-SP. 1987.

HADDAD, Sérgio. **Education for youth and adults, for the promotion of na active**

citizenship, and for the development of a culture and a conscience of peace and human rights. Agenda for the future six years later – ICAE Report. International Council for Adults Education – ICAE. Montevideo. 2003.

JATOBÁ, A. L. P. et al. Escola Pública: espaço de compromisso ético. In: **Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos.** Brasília, v. 10, p. 89-96, 1999.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, nº 19, p. 20 - 28, 2002.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** editora:. Loyola. São Paulo, SP. 6ªed, 2003.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social** In:Revista Estudos Históricos. Rio de janeiro, vol 5, Nº 10,1992.

SANTOS, Ivoneide. B. de Araujo. **Gêneros discursivos e letramento cívico:** empoderamento e emancipação na Educação de Jovens e Adultos. In: VI SIGET – Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2011, Natal. VI SIGET – Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – Anais, 2011.

CAPÍTULO 2

A DANÇA NA ESCOLA: A ARTE QUE COMUNICA EXPRESSA E TRANSFORMA

**DANCE IN SCHOOL: THE ART THAT COMMUNICATES AND
TRANSFORMS**

RESUMO

A escolha do tema dança na escola desenvolvido neste Artigo se deve ao fato da prática escolar desenvolvida durante alguns anos que se observou a não exploração da atividade lúdica dança escolar como uma possibilidade de trabalho dos conteúdos em sala de aula e também como instrumento para se trabalhar a autoestima do aluno. Os objetivos a serem alcançados são analisar o papel da dança no ambiente escolar; identificar a dança escolar como instrumento arte para o auxílio á aprendizagem; compreender a dança escolar como fator de interação e socialização entre os educandos, reforçando atitudes, crenças e valores. Apesar da pouca bibliografia encontrada para realização do trabalho, a metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa bibliográfica como forma de melhor compreender o objeto de estudo. O resultado da pesquisa bibliográfica aponta para a necessidade de que os professores da educação infantil e ensino fundamental se preparem e utilizem a dança escolar como meio de arte e de instrumento de ensino em suas práticas e não somente nas aulas de educação física e assim proporcionar aos alunos melhores condições de vida através da corporeidade.

Palavras - chave: Aprendizagem. Arte. Dança. Escola.

ABSTRACT

The choice of the dance at school theme developed in this article is due to the fact that the school practice developed for some years has observed the non-exploration of the playful activity of school dance as a possibility of working on the contents in the classroom and also as an instrument to work with. student's self-esteem. The objectives to be achieved are to analyze the role of dance in the school environment; identify school dance as an art instrument to aid learning; understand school dance as a factor of interaction and socialization among students, reinforcing attitudes, beliefs and values. Despite the little bibliography found to carry out the work, the methodology used was to carry out a bibliographic research as a way to better understand the object of study. The result of the bibliographic research points to the need for early childhood and elementary school teachers to prepare and use school dance as a means of art and teaching instrument in their practices and not only in physical education classes and thus provide students better living conditions through corporeality.

Keywords: Learning. Art. Dance. School.

1. INTRODUÇÃO

O tema deste Artigo retrata a necessidade de utilização de práticas inovadoras no processo de ensino-aprendizagem. Durante as experiências vivenciadas como professora da educação do ensino fundamental observou--se que a dança escolar como meio de arte e como instrumento de auxílio à aprendizagem é uma atividade trabalhada somente nas aulas de educação física, diante desta observação, pretende-se estudar este problema como forma de sugerir que a dança escolar seja quando de forma interdisciplinar, pois estará proporcionando uma grande melhoria tanto na prática educativa quanto na vida dos pequenos aprendizes.

O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica tendo como base referencial os trabalhos de Cintra (2007); Ferreira (2005); Fonseca (2005); Marques (2007); Noro (2002) e Tamisier (2005) cabem-nos ressaltar que os autores consultados são unânimes em sugerir o trabalho de dança escolar como meio de arte em um aspecto inovador no ambiente escolar e muito importante para se trabalhar a socialização, diversidade e a autoestima de nossos educandos. Verificamos que os apontamentos dos autores estão de acordo com os objetivos de estudo a serem alcançados neste artigo

que são analisar o papel da dança como meio de arte no ambiente escolar; identificar a dança escolar como instrumento de auxílio à aprendizagem; compreender a dança escolar como fator de interação e socialização entre os educandos, reforçando atitudes, crenças e valores.

2. O PAPEL DA DANÇA NA ESCOLA

2.1 O Lúdico como Instrumento da Educação Infantil

O espaço escolar é o campo do conhecimento e também o lugar onde se processa a interação entre as mais diferentes pessoas. A aprendizagem desempenha papel central no desenvolvimento humano, sendo sua principal característica os processos de mudanças que acontecem como resultado das experiências que ocorrem no âmbito da educação.

É também no espaço escolar que a criança aperfeiçoa os hábitos de sua vida afetiva e assimila valores culturais, uma vez que ao nascer a criança já encontra o mundo de valores estabelecidos e é este mundo onde ela vai viver, realizar e experimentar as diversas sensações.

De acordo com Noro (2002, p. 114),

Educar é realizar uma obra de projeção sobre o futuro. A pedagogia tem de ser, acima de tudo, uma ciência de fins, uma ciência de direções. A educação é uma obra de projeção, no tempo e no espaço. Os seus resultados só podem ser verdadeiros quando o indivíduo se comportar na vida com a dignidade, a elevação e a firmeza requeridas pelas circunstâncias.

Como é de nosso conhecimento, não há uma forma única nem um só modelo educacional; a escola não é o único lugar onde ela acontece; o ensino escolar não é a única prática de educação e o professor profissional não é o seu único praticante, no

entanto é na escola que procuramos trabalhar os diversos conteúdos, de forma que eles auxiliem o aluno a ter o conhecimento que lhes é exigido pela sociedade.

Existem diversas metodologias a disposição de nossos professores e alunos para se chegar ao conhecimento propriamente dito, no entanto, a utilização do lúdico constitui uma forma prazerosa de se trabalhar com a criança motivando-a para a aprendizagem.

De acordo com Cintra (2007, p.14) “o pensamento lúdico é por si só, e tem uma lógica de raciocínio que deve amadurecer e mudar conforme os estímulos recebidos em seu desenvolvimento, que nos acompanha em nosso raciocínio intelectual, que quando exercitado estará em constante movimento de renovação”.

O aspecto lúdico abordado neste artigo se dará através da dança escolar, pois a dança na escola tem um papel pedagógico de estabelecer um vínculo entre a criança e o mundo, segundo Cintra, (2007, p. 14) ela “permite o desenvolvimento de atividades que motivam a produção de ação e compreensão, beneficiando o estímulo para a ação e decisão no desenrolar das mesmas, fortalecendo a autoestima, a autoimagem, a autoconfiança e o autoconceito da criança”.

2.2 A Dança como meio de Arte

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) a arte da dança faz parte das culturas humanas e sempre integrou o trabalho, as religiões e as atividades de lazer. Os povos sempre privilegiaram a dança, sendo esta um bem cultural e uma atividade inerente à natureza do homem.

Toda ação humana envolve a atividade corporal. A criança é um ser em constante mobilidade e utiliza-se dela para buscar conhecimento de si mesma e daquilo que a rodeia, relacionando-se com objetos e pessoas. A ação física é necessária para que a criança harmonize de maneira integradora as potencialidades motoras, afetivas e cognitivas.

Segundo os PCNs (1998, p.64),

A criança se movimenta nas ações do seu cotidiano. Correr, pular, girar e subir nos objetos são algumas das atividades dinâmicas que estão ligadas à sua necessidade de experimentar o corpo não só para seu domínio, mas na construção de sua autonomia.

A ação física é a primeira forma de aprendizagem da criança, estando a motricidade ligada à atividade mental. Ela se movimenta não só em função de respostas funcionais (como ocorre com a maioria dos adultos), mas pelo prazer do

exercício, para explorar o meio ambiente, adquirir melhor mobilidade e se expressar com liberdade.

A atividade da dança na escola pode desenvolver na criança a compreensão de sua capacidade de movimento, mediante um maior entendimento de como seu corpo funciona. Assim, poderá usá-lo expressivamente com maior inteligência, autonomia, responsabilidade e sensibilidade.

Tal visão está de acordo com as pesquisas mais recentes feitas pelos neurocientistas que estudam as relações entre o desenvolvimento da inteligência, os sentimentos e o desempenho corporais. Essas novas teorias criam um desafio à visão tradicional que separa corpo e mente razão e emoção.

A ação física é parte da aprendizagem da criança. Essa atividade, necessária para o seu desenvolvimento, é permeada pela curiosidade e pelo desejo de conhecimento. Por isso é importante que a dança seja desenvolvida na escola com espírito de investigação, para que a criança tome consciência da função dinâmica do corpo, do gesto e do movimento como uma manifestação pessoal e cultural.

O aluno deve observar e apreciar as atividades de dança realizadas por outros (colegas e adultos), para desenvolver seu olhar, fruição, sensibilidade

e capacidade analítica, estabelecendo opiniões próprias. Essa é também uma maneira de o aluno compreender e incorporar a diversidade de expressões, de reconhecer individualidades e qualidades estéticas. Tal fruição enriquecerá sua própria criação em dança.

Segundo os PCNs (1998, p.67)

A atitude do professor em sala de aula é importante para criar climas de atenção e concentração, sem que se perca a alegria. As aulas tanto podem inibir o aluno quanto fazer com que atue de maneira indisciplinada.

Enfim, estabelecer regras de uso do espaço e de relacionamento entre os alunos é importante para garantir o bom andamento da aula. A adequação da roupa para permitir mais mobilidade é indispensável. É preciso dar condições para o aluno criar confiança para explorar movimentos, para estimular a inventividade e a coordenação de suas ações com a dos outros.

2. 3 A Dança Escolar

Apesar da pouca bibliografia disponibilizada para consulta e pesquisa que se referência a dança na escola em 1997 a dança foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais e ganhou reconhecimento nacional como forma de conhecimento

a ser trabalhado na escola. Neste documento a dança é tratada como uma linguagem específica da arte.

De acordo com Marques (2007, p. 36);

Os PCNs são, portanto, uma alternativa para que professores que por ventura desconheçam as especialidades da dança como área de conhecimento possa atuar de modo a ter alguns indicativos para não comprometer em demasia a qualidade do trabalho artístico-educativo em sala de aula.

Os PCNs contribuíram muito para que os professores atuantes em educação infantil e no ensino fundamental a valorizarem suas próprias experiências culturais com a dança, sendo que estes profissionais negavam as possibilidades deles mesmos poderem dançar e menos ainda, não acreditavam na sua capacidade de poder ensinar a dança.

A dança escolar proporciona ao educando uma sólida base, pois ela é uma necessidade do ponto de vista educacional e cultural e um instrumento a mais para auxiliar o ser humano na difícil tarefa de sua formação e preparo para o futuro, pois estará auxiliando na formação de gerações sadias de corpo e de alma.

De acordo com Ferreira (2005, p. 15);

Na dança escolar, devem-se valorizar as possibilidades expressivas de cada aluno, permitir a expressão espontânea e favorecer o surgimento dela, abandonada a

formação técnica formal, que pode vir a esvaziar o aspecto verdadeiramente educacional da dança. Neste sentido, o que depende é o desenvolvimento de diferentes tipos de dança sem ênfase em técnicos formais do ballet clássico, do jazz, da dança. Da dança contemporânea etc... Possibilitando variada experimentação corporal que desenvolva habilidades diversas de execução/expressão/interpretação.

Ao se considerar as atividades relacionadas a dança escolar, por ser esta um canal para o desenvolvimento da expressão comunicativa dos alunos, cabe à escola iniciar tal processo oferecendo além da dança, elementos como a mímica, o canto e as diversas atividades rítmicas.

Desta forma pode-se compreender a grande contribuição a ser explorada com a utilização da dança escolar no processo de formação de nossos educandos.

4.A Dança e suas Divisões

A dança em suas diversas modalidades pode ser dividida em étnica, folclórica e a teatral. Estas modalidades não constituem inovação no ambiente escolar. Muitos professores trabalham estas modalidades, quase que de forma inconsciente e não explorando totalmente os seus benefícios, ficando restrito apenas a parte cultural da dança.

a. Dança folclórica - é uma forma tradicional de dança recreativa de um povo, sendo a maioria delas de origem anônima ou desconhecida e passa de geração em geração, refletindo na necessidade do homem em expressar os seus hábitos e costumes.

A dança folclórica propicia para que se possa ensinar ao educando a compreensão e respeito pela cultura de outros países ou mesmo das diversas regiões de nosso país. A dança folclórica retrata a diversidade cultural nos seus diferentes aspectos como fé, religião, a vida cotidiana, as diferenças étnicas, e acima de tudo, a identidade cultural do povo no qual está inserida.

De acordo com Tamisier (2005, p. 22):

No Brasil, a miscigenação é o fator para a profusão e ritmos e danças. As danças folclóricas brasileiras possuem características regionais, dependendo da influência étnica do lugar, ela terá mais aspectos indígenas como nos estados do Amazonas e Pará; africanos como na Bahia,

Minas Gerais e Rio de Janeiro. As características quanto à área podem ser locais ou regionais abrangendo toda uma região. Existem também as que são dançadas em todo o Brasil, como por exemplo, a quadrilha que se diversificou de local para local resguardando seu caráter específico regional.

b. Dança teatral - não é possível precisar a origem da dança teatral, sabe-se que ela saiu das ruas e das praças, passando pelos salões da nobreza, chegando aos palcos como forma de espetáculos. A dança teatral iniciou sua trajetória quando Luís XVI fundou 1661, a Academia Nacional de Dança. Esta técnica começou a ser empregada em benefício dos valores estéticos da arte do ballet, sofisticando e adquirindo movimentos cada vez mais rotulados e específicos.

2.5 A Dança e os Quatro Pilares da Educação

A dança como meio expressiva de comunicação é uma linguagem privilegiada para que se possa trabalhar, discutir e problematizar a pluralidade cultural. O corpo e sua linguagem também são um meio que permite transversalizar, em particular, com Educação Física e Arte.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 133);

A música, a dança, as artes em geral, vinculados aos diferentes grupos étnicos e as composições regionais típicas, são

manifestações culturais que a criança e o adolescente poderão conhecer e vivenciar. Dessa forma enriquecerão seu conhecimento sobre a diversidade presente no Brasil, enquanto desenvolver seu próprio potencial expressivo.

O corpo está presente nos diversos meios como expressão de comunicação, através da pintura corporal onde através da comunicação visual é capaz de simbolizar eventos como o nascimento de uma criança, o casamento ou outros estágios da vida de um indivíduo.

Por ser o corpo objeto de linguagem e por ser instrumento de transmissão de cultura, cabe-nos ressaltar que a educação corporal é responsabilidade da escola e de seus educadores, estando à criança relacionada aos fundamentos políticos, éticos e estéticos da humanidade e dos quatro pilares da educação para o século XXI, conforme Brandão (2004, p. 30):

a. Aprender a conhecer e a perceber – de forma permanente e contínua, seu corpo, suas limitações (na perspectiva de superá-las) e suas potencialidades (no sentido de desenvolvê-las), de maneira autônoma e responsável, tendo em vista a vivência plena de sua corporeidade, a melhoria de sua qualidade de vida, o fortalecimento de sua autoestima e a ampliação gradativa de suas capacidades de gerenciamento, comunicação e

interação, por meio de suas múltiplas formas de linguagens;

b. Aprender a conviver consigo – com o outro e com o meio ambiente. É na interação que se vivencia o respeito mútuo, a solidariedade, a cooperação, a afetividade e a sensibilidade, a possibilidade de experimentar, enfrentar/resolver desafios e conflitos, tomara decisões, errar e acertar.

c. Aprender a viver plenamente sua corporeidade – de forma lúdica, exercendo sua cidadania com competência política, ética e estética, tendo em vista a busca da qualidade de vida, tanto no plano individual como no coletivo;

d. Aprender a ser cidadão consciente – autônomo, responsável, competente, crítico, criativo, sensível, tendo em vista, sobretudo uma vida saudável e feliz;

A capacidade de expressão corporal vinculada à pluralidade cultural e finalizando na dança escolar deve possibilitar o resgate da cultura brasileira por meio da tematização das origens culturais, seja dos índios, do branco ou do negro, como forma de despertar a identidade social do aluno no projeto de construção da cidadania.

2.5.1 A Didática da Dança

Tradicionalmente sabemos que a didática trata dos objetivos, condições e meios de realização do processo de ensino e aprendizagem. É a didática a responsável pela segurança e clareza do professor ao escolher conteúdos e procedimentos que sejam coerentes com as necessidades do espaço de aprendizagem e do tempo em que ela ocorre.

De acordo com Tamisier (2005, p. 22)

A didática da dança procura estudar os objetivos e funções dessa prática de acordo com os níveis de ensino, o tipo de experiência e o grau de treinamento do aluno. Seus objetivos básicos são: habilidades (domínio da técnica da dança); conhecimento (aquisição de habilidades); ideias (crescer não apenas em habilidades e conhecimentos, mas desenvolver ideias positivas de eficiência, esmero, respeito aos colegas e outros).

A dança escolar deve fornecer a aprendizagem das manifestações corporais de modo a atingir as metas do ensino-aprendizagem que proporcionem o desenvolvimento integral dos alunos, de forma que seja possível vivenciar práticas coletivas, regras, atitudes e valores elaborados e estabelecidos socialmente. A dança pensada desta forma exigirá um comprometimento maior dos educadores, pois atenderá as situações do cotidiano escolar.

2.5.2 Metodologia Aplicada na Dança Escolar

Uma aula de dança escolar deverá apresentar 3 (três) etapas que são:

a. Aquecimento

Nesta etapa a criança deverá ter o tempo de descontração, mas também o momento para se concentrar nas atividades que vai realizar, o aluno deverá estar motivado para realizá-la.

b. Trabalho psicomotor

Nesta etapa desenvolvem-se atividades que estimulem a psicomotricidade, ou seja, a tomada de consciência do esquema corporal, da representação do espaço, da percepção visual/auditiva, da lateralidade, da coordenação, da direcionalidade, enfim, a concepção de movimento organizado e integrado em função das experiências vividas pelo aluno cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua socialização. (FERREIRA, 2005).

c. Comunicação/expressão

Esta é considerada a etapa final da aula de dança escolar, nesta etapa o aluno vai verbalizar,

expressar, expressar temas figurados, que podem evoluir para técnica, coreografada, aprimorada ou mímica criada, ou não, por eles mesmos.

2.5.3 ATIVIDADES PROPOSTAS NA DANÇA ESCOLAR

A partir de uma proposta de aula de dança escolar já definida pode-se aplicar as seguintes atividades de acordo com Ferreira (2005, p. 26):

a. Atividades posturais: visa à postura correta, disciplinando os movimentos parciais do corpo (cabeça, ombro, joelho, pelve, tornozelo, pés, mãos, pernas, braços sendo trabalhados isolados, combinados, alternados, dicotômicos, simétricos e assimétricos).

b. Atividades naturais ou espontâneas: visam a experimentar todas as capacidades de movimentos naturais como: rolar, girar, cuidar, saltar, correr, subir, arrastar, saltitar, etc.

c. Atividades criativas: visa à representação de tudo o que rodeia a criança, sua realidade. Também objetivam extravasar ideias, emoções, sentimentos, etc.

d. Atividades folclóricas: são brinquedos cantados, danças folclóricas que contribuíram para despertar o interesse pela cultura, tradição e hábitos sociais.

e. Atividades rítmicas: são atividades que trabalham vivência de tempo, sons, percepção visual e auditivo domínio do movimento e do espaço.

2.5.4 Conteúdos Trabalhados na Dança Escolar

Como todo conteúdo trabalhado nas demais disciplinas, nos diversos níveis de ensino deve-se buscar aproximá-los da realidade do educando, para que estes não se sintam distantes e desvinculados do saber que lhes é transmitido. Na dança escolar os conteúdos deverão também priorizar a realidade do aluno, deve-se analisar a origem do conteúdo e conhecer o que determinou a necessidade do seu ensino.

A seleção do conteúdo poderá ser discutida com o próprio aluno e depois passa para a fase de elaboração e aplicação, finalizando com a avaliação do que foi realizado pelo aluno, respeitando seu tempo de aprendizagem. A avaliação neste contexto pode ser realizada levantando-se opiniões como os alunos sobre a atividade realizada e abordando as perspectivas para as próximas aulas.

4.0 Profissional no Ensino da Dança Escolar

A dança escolar em um primeiro momento, de acordo com a organização da equipe pedagógica, ficaria sob responsabilidade do professor de Educação Física na escola, porém todos os profissionais que atuam na sala de aula poderão acrescentar a dança escolar em suas atividades através dos conteúdos a serem trabalhados.

De acordo com Fonseca (2005, p. 28);

O professor, com o conhecimento informal de dança pode trabalhar com o ensino da mesma contribuindo para o desenvolvimento dos educandos nos seguintes aspectos; aprendizagem, compromisso, cidadania, responsabilidade, interesse, senso crítico, criatividade, envolvimento, socialização, comunicação, livre expressão etc...

Não consideramos com esta afirmação a não necessidade da exigência da formação do professor de dança, mas trabalhar com a possibilidade de que pela visão artística o profissional da educação de uma maneira geral poderá contribuir com o ensino da mesma para os educandos.

Já na educação formal faz-se necessário, que os professores se atualizem ou mesmo invistam em seu desempenho profissional, para melhor desenvolver suas atividades no ambiente educacional e na profissão escolhida.

4.1 RELATO DE ESTUDO (INTERVENÇÕES)

1º INTERVENÇÃO – Conversa Informal – Descubra o que eles sabem sobre as danças: Qual tipo de danças regionais vocês conhecem? Qual é o nome dessa dança? Qual tipo de músicas é usado para a prática dessa dança? Quais movimentos são executados nessa dança? Como são realizadas (individualmente, em duplas, em roda)?

2º INTERVENÇÃO – Pesquisa com família – Pesquise juntamente com a sua família as danças que eles conhecem – A pesquisa ocorrerá por meio de um questionário semiestruturado. Estimule-os a conversar sobre as danças e músicas que suas famílias conhecem e costumam praticar e façam uma lista no quadro. A partir das respostas você terá uma ideia dos conhecimentos prévios de sua turma, de como se relacionam com o ambiente social e com a cultura local, e poderá propor inicialmente a experimentação da dança mais conhecida por eles.

3º INTERVENÇÃO – Montagem da tabela – Através da pesquisa tabule os dados por meio de criação de uma tabela ou gráfico. Com o equipamento para reproduzir música, apresente a música comumente utilizada para a execução da dança regional que foi eleita e escolhida por seus estudantes na conversa inicial. Utilize músicas características, de preferência conhecidas pela sua turma. Encoraje-os

a participarem. Pode-se também solicitar que eles mesmos cantem a música. Saliente que, devido às danças regionais serem diferentes entre si, apresentam características específicas e também utilizam ritmos musicais distintos.

4º INTERVENÇÃO - Percebendo o ritmo - Marque um ritmo para que os estudantes o sigam. Pode ser batendo palmas ou utilizando algum material, como um pedaço de cabo de vassoura batendo em um balde ou lata. Peça aos estudantes para acompanhar o ritmo em diferentes posições: sentados, em pé, deitados e utilizando movimentos do corpo. Pode ser batendo palmas, batendo os pés no chão, movimentando partes do corpo etc. A seguir, proponha uma roda e peça que acompanhem o ritmo de algumas músicas utilizadas nas danças regionais. Batendo palmas, progrida para movimentos com os braços (balanços frontais e laterais) e, depois, batendo os pés no chão, balançando as pernas (chutes, flexão e extensão) e outras partes do corpo, como cabeça, pescoço e tronco.

5º INTERVENÇÃO - Desafios - Apresente desafios de modo que explorem a dança do contexto regional escolhida com os movimentos corporais: andar lateralmente, à frente, de costas, trotar, correr, rodopiar, balançar, sacudir, ondular, arrastar, desfalecer, aplainar, encolher, tremer, entre

outros. Acompanhe e estimule os estudantes a realizarem o movimento. Observe sobre o que as letras falam e proponha que realizem movimentos sobre o que é cantado. Por exemplo, em uma música que fala de trabalho no campo, podem imitar um trabalhador ou alguém jogando a rede para pescar em uma música que fale sobre isso.

A seguir, peça aos estudantes que construam, coletivamente (em duplas, trios ou quartetos), uma coreografia. Para tanto, explique o que é uma coreografia, explicitando que é um conjunto de movimentos que são realizados dentro de um ritmo e, assim, auxilie a turma nesse processo criativo. Incentive-os a usarem a criatividade para criar uma coreografia utilizando os gestos, os movimentos e o espaço no ritmo da música. Poderão ser criadas sequências coreográficas com dois, três ou mais gestos e movimentos. Acompanhe os estudantes nas movimentações para que aqueles que se sentem tímidos ou tenham dificuldade de movimentação fiquem mais confortáveis.

6º INTERVENÇÃO – Criação de Parodia com ajuda da família – Com ajuda da família cada aluno irá criar a sua parodia de acordo com o ritmo e movimento aprendido no decorrer das aulas, o tema da paródia é: Todo mundo sabe dançar! E por fim apresentarão

para toda comunidade escolar em um momento de expor as atividades desenvolvidas.

7º INTERVENÇÃO – Fechamento e reflexão - Este é o momento para fazer um fechamento do tema trabalhado, retome com os estudantes “o que” foi feito e diga “o porquê”. Explique que as danças fazem parte da nossa cultura, assim como o jogo e a brincadeira. Comente que existem muitas danças que fazem parte do contexto regional. Explique que os movimentos, os gestos e os ritmos são importantes para se dançar. Confirme questões sobre a importância do ritmo e os gestos nas danças características de seu contexto regional.

Comente sobre os preconceitos relacionados às danças e seus praticantes. Diga que são práticas nas quais desde muito tempo os seres humanos se envolvem e que qualquer um pode dançar, não importa o gênero. Converse com os estudantes sobre a sua importância para aqueles que as praticam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Artigo enfatizou o tema dança na escola e relacionou a oportunidade de conhecer a dança escolar como um poderoso recurso artístico a ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem. Através dos objetivos propostos para estudo verificou-se também que a dança escolar é pouco utilizada no espaço educacional e que esta atividade lúdica somente é trabalhada nas aulas de educação física ou em eventos festivos da escola, sendo assim, de acordo com os autores pesquisados é possível utilizar a dança escolar de forma interdisciplinar nos aspectos artísticos, éticos, estéticos e afetivos do ser humano.

Como resultado desta pesquisa conclui-se que o professor ao trabalhar a dança escolar estará proporcionando ao educando oportunidades de manifestar sua expressão de comunicação através dos movimentos, estará também proporcionando atividades em que o aluno aprenderá a valorizar a expressão cultural da dança como arte através da diversidade cultural que o cerca na sala de aula e na escola, sendo este um momento de socialização proporcionado pela escola.

REFERÊNCIAS

CINTRA, Dulce Maria Rosa. **A inserção da dança escolar como possibilidade de educação infantil.** 2007. 107f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2007.

FERREIRA, Vanja. **Dança escolar: um novo ritmo para a educação física.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

FONSECA, Denise Maria Reis. **A formação do Professor de dança: a experiência do “Projeto Educação e Cultura” em São Lourenço – MG.** 2005. 49f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, 2005.

MARQUES, Isabel A. **Dançando na escola.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 1998.

NORO, Ellis Maria Souza; NORO, Luiz Roberto Augusto. A auto-estima como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v.17, n. 2, p. 113 – 119, ago/dez 2002.

TAMISIER, Athené Wilkes. **A dança no curso de educação física da UNINCOR – Campus Caxambu.** 2005. 62f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Vale do rio Verde, Três Corações, 2005.

CAPÍTULO 3

GAMIFICATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

A gamificação na educação existe há muito tempo. Agregar elementos no processo de aprendizagem da universidade tem causado mudanças radicais com a popularização das tecnologias digitais e da web. O acesso à informação, antes restrito às bibliotecas e às palavras do professor, agora é onipresente. Os alunos têm acesso a qualquer disciplina, a qualquer hora, através dos smartphones no bolso e, conseqüentemente, a motivação para assistir às aulas caiu consideravelmente. Contribuí para esse desinteresse, o fato de os métodos de ensino não acompanharem as mudanças da sociedade e dos estilos de aprendizagem, mantendo-se fortemente pautados na exposição dos conteúdos por meio de aulas expositivas.

Palavra-chave: Educação. Formação. Gamificação.

ABSTRACT

Gamification in education has been around for a long time. Adding elements in the university's learning process has caused radical changes with the popularization of digital technologies and the web. Access to information, which was once restricted to libraries and the teacher's words, is now omnipresent. Students have access to any subjects, anytime, through the smartphones in their pockets and, consequently, the motivation to attend classes has fallen considerably. It contributes to this disinterest, the fact that teaching methods do not follow the changes in society and learning styles, remaining strongly based on the exposure of content through lectures.

Keyword: Gamification. Information. Education.

DEVELOPMENT

Gamification is simply adding game elements to something that is not a game.

Everyone from an early age likes games: especially if they are engaging. Engaging and fun. We can thus make the educational activities developed in the classroom, so exciting and rewarding. This is "gamification". That is, the inclusion of game design elements in other areas or activities.

Research and observations suggest that gamification offers huge benefits when used properly. Consequently, learning about the subject and how to integrate games effectively into an educational structure, it is a powerful resource in the curriculum of any professional in the areas of education and communication.

A series of initiatives emerge as efforts to reshape teaching and increase students' motivation and interest. Gamification is a technique that has been gaining a lot of attention in education by integrating aspects of games with learning processes. Digital games are among the favorite hobbies of children and youth today, triggering an intrinsic motivation, much sought after by educators. The idea is that bringing learning contexts closer to the world of games will make

learning fun and engaging for the current generation of students and will have a positive impact on their achievements and knowledge construction.

Much has been reported about isolated initiatives using gamification at different levels of depth, but the discussion about the real learning benefits of the technique is still small. In addition, most authors discuss gamification implemented in virtual environments and few in classroom in -person activities. Hype (high, or fashionable) on gamification requires deeper investigations into its pedagogical base, how and in what contexts it should be implemented and the pros and cons of the technique.

This article aims to contribute to this discussion, presenting the students' opinions and the teacher's reflections on a face -to -face course with integrated gamification elements.

The topic of gamifying within the classroom is not new. Several years ago, gamification was an emerging trend and was even named one of the 10 main factors that drive educational change. The game industry prospered and the educators sought ways to capitalize on.

Gamification of education is an approach under development to increase student motivation and involvement, incorporating game design

elements in educational environments. With the growing popularity of gamification and yet the mixed success of its application in educational contexts, the present review aims to shed a more realistic light on research in this field, focusing on empirical evidence rather than potentialities, beliefs or preferences . Consequently, he critically examines the advance in gamifying education. The discussion is structured around the gamification mechanisms used, the gamified subjects, the type of gamified learning activities and the objectives of the study, with emphasis on the reliability and validity of the reported results.

To improve our understanding and offer a more realistic image of the progress of gamification in education, consistent with the evidence presented examined the results reported in the articles and how they were obtained. Although gamification in education is still a growing phenomenon, the review reveals that (i): there is insufficient evidence to support the long -term benefits of gamification in educational contexts; (Ii): The practice of gamifying learning has surpassed researchers' understanding of their mechanisms and methods; (Iii): knowledge of how to gamify an activity according to the specificities of the educational context is still limited. The review highlights

the need for systematically projected studies and strictly tested approaches, confirming the educational benefits of gamification, whether gamified learning should become a recognized instructional approach.

The growing popularity of gamification stems from belief in its potential to foster motivation, behavioral changes, friendly competition and collaboration in different contexts, such as customer engagement, employee performance and social loyalty. As with any new and promising technology, it was applied in a diversity of domains, including marketing, health, human resources, training, environmental protection and well-being. Gamification is a multidisciplinary concept that encompasses a range of theoretical and empirical knowledge, domains and technological platforms and is driven by a number of practical motivations. In an attempt to better capture the essence of underlying concepts and practices, the term gamification was defined in many ways, such as "the use of game design elements in non -game contexts", "the phenomenon of creating playful experiences,", or "the process of making activities more playful." Empirical work between disciplines has begun to explore how gamification can be used in certain contexts, and what

behavioral effects and experiences have on short and long term.

Since its advent, gamification has generated controversy between gaming designers, user experience designers, game theorists and researchers in human-common interaction. This controversy is also reflected in some scientific studies on gamification, which show that its effect on motivation or participation is lower than expectations created by Hype. Even so, substantial efforts have sought to take advantage of the alleged motivational benefits of gamification approaches.

A key sector where gamification is being actively exploited (mainly due to its motivation potential) is education. Motivation is among the important predictors of the student's academic performance, which influences the effort and time that a student spends engaged in learning. Given that games, known to motivate and engagement, are remarkably popular, the proposal to incorporate the mechanics and principles of the game to motivate the student is attractive. Gamification in Education refers to the introduction of game design elements and playful experiences in learning process design. It was adopted to support learning in a variety of contexts and thematic areas and to address related attitudes, activities

and behaviors, such as participatory approaches, collaboration, self -controlled study, task completion, making evaluations easier and more effective, integration of exploratory approaches to Learning and strengthening students' creativity and retention.

The rationality on the basis of learning gamification is that adding elements, such as those found in games to learning activities, will create an immersion similar to what happens in games. This leads to the belief that by incorporating the mechanics of the game in the conception of a learning process, we can involve students in a production process.

FINAL CONSIDERATIONS

It concludes if it is possible to say that gamification allows teachers and students to connect through today's technologies. Teachers receive instant feedback from students and adjust their teaching methods accordingly. And most importantly, it's much more fun to play than filling out a spreadsheet.

Using typical game elements (competition, problem solving, score, game rules), teachers will learn how to build classes that incorporate gamification to increase interest and involvement in content using resources.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

BRAZIL. Common National Curriculum Base (BNCC): "The Stage of Early Childhood Education" (from page 35 to 52). Available at: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_doman&view=download&alias=79601-Anexoslug=dembro-2017-PDF&itemid=30192>. Accessed on: 03FEV. 2022.

GEEK, Gamification: What is and how it can transform learning. Available at: <<https://www.geekie.com.br/blog/gamificacao/>>. Accessed on: 03FEV. 2022.

INÁCIO, Raul; RIBAS, Vania; MARIA, Luciane. Gamification and game system: concepts on gamification as a motivational resource. In: FADEL, Luciana Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia Regina. Gamification in Education. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. Available at: <<https://books.google.com.br/books?id=r6tcbaaaqbaj&lpq=&pg=enPage&f=false>> Access: 03FEV. 2022.

CAPÍTULO 4

PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR: SEMANA CULTURAL

INTERDISCIPLINARY PRODUCTION: CULTURAL WEEK

RESUMO

O artigo discute a semana cultural na Escola Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental realizada por professores formados em Pedagogia. Faremos uma breve retrospectiva histórica sobre o ensino de Arte no Brasil; aspectos teórico-metodológicos do ensino de arte, e como podemos abordar diferentes temas artísticos em uma semana, já que o cenário dos eventos escolares é muito importante para estimular o engajamento dos alunos no ambiente escolar e cultural da região onde vivem. O texto reforça a importância de eventos que façam a inclusão provisória de toda a comunidade escolar, pois isso lhes permitirá desenvolver inúmeras experiências, além da capacidade crítica dos alunos. Ressalta também a necessidade de superar o ensino de Arte como atividade incidental, em prol de um ensino integrado e planejado.

Palavras-chave: Arte. Semana Cultural. Histórias.

ABSTRACT

The article discusses the cultural week in the Early Childhood School and in the early years of Elementary School carried out by teachers graduated in Pedagogy. We will make a brief historical retrospective on the teaching of Art in Brazil; theoretical-methodological aspects of art teaching, and how we can approach different artistic themes in a week, as the scenario of school events is very important to stimulate students' engagement in the school and cultural environment of the region where they live. The text reinforces the importance of events that make the interim inclusion of the entire school community, as this will allow them to develop numerous experiences, in addition to the critical capacity of students. It also underlines the need to overcome the teaching of Art as an incidental activity, in favor of an integrated and planned teaching.

Keywords: Art. Cultural Week. Stories.

1. INTRODUÇÃO

Nos anos iniciais do ensino fundamental deve-se considerar de forma significativa as apreciações e experiências artísticas, especialmente as que podem ser vivenciadas com alunos, por isso é essencial que as crianças possam conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas no dia-a-dia da escola, possibilitando, a partir de experiências diversificadas, que vivenciem diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras

Ao longo do ensino fundamental, os alunos poderão desenvolver competências estéticas e artísticas de forma que aprofundem progressivamente o contato com o maior número de formas e conteúdo de arte nas suas linguagens, tais como: artes visuais, dança, música e teatro, diante da própria produção de arte e no contato com o patrimônio artístico. Refletindo isto num cenário de tecnologias destaca-se que eventos escolares são muito importantes para estimular o engajamento dos alunos, promover atividades dinâmicas para sair da rotina e promover a participação da família e a interação entre a comunidade escolar, em tempos

de isolamento social as atividades assim, on-line, também são ótimas alternativas para a escola.

Arte tem a ver com prática artística, com processo criativo, com aspecto vivencial. Requer, portanto, propostas didáticas focadas no fazer, na ação das crianças, tendo em vista ampliar o repertório de leitura delas e a capacidade de compreensão, de si e do mundo em que vivem,

1. DESENVOLVIMENTO LEITURA DOS ARTIGOS

A importância de projeto com alunos vai ao encontro da aprendizagem dos mesmos, pois eles têm a oportunidade de conhecer diversos gêneros textuais, escritores e suas obras, valorizando diferentes estilos e apreciando textos de qualidade, previamente selecionados pelo professor, que compartilha com elas os critérios de sua escolha, sendo neste caso o gênero poético o mais explanado.

A poesia é capaz de sensibilizar o ser humano, e nesse sentido evidencia-se a importância de trabalhar o gênero em fase escolar, para tanto deve ser levado em conta tanto a recepção quanto às contribuições da poesia para essa nova concepção leitora, diante disso, torna-se indispensável uma reflexão sobre a abordagem da poesia em sala de aula, bem como conhecer os caminhos percorridos pelos professores nesse processo de aprendizado.

De acordo com Averbuck e Zilberman (2010), através das artes pode-se entrar em contato com os temas da sociedade que de certa forma se tornam complexos, e que não pertencem aos livros gramaticais.

Filipouski (2016), especifica que o papel da escola não é formar poetas, embora isso possa acontecer, mas sim possibilitar que o aluno tenha

a liberdade de criação, de expressão e de imaginação.

Filho (2010) salienta que através de contos literários que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica. É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula.

Averbuck (2010) acrescenta que quanto maior for a diversificação dos textos literários apresentados aos alunos, maior será a experiência que ele terá com este universo de singular beleza, magia e emoção.

Zilberman (2010), contemplando a colocação de Averbuck acima mencionada, pontua em seus estudos que formar leitores, especialmente, leitores poéticos, implica destinar tempo e criar ambientes favoráveis à leitura literária, em atividades que tenham finalidade social, que se consolidem através de leitura silenciosa individual, promovendo o contato com textos variados nos quais os alunos possam encontrar respostas para as suas inquietações, interesses e expectativas, pois ler não se restringe à prática exaustiva de análise, quer de excertos, quer de obras completas.

Neste sentido, as diferentes expressões artísticas, passam a ser um convite à liberdade de expressão, onde os alunos podem expressar seus sentimentos, descobrir e compreender melhor suas próprias emoções. Quando os alunos têm acesso às poesias, eles passam a visualizar de forma mais clara sentimentos que têm em relação ao mundo, pois as histórias trabalham problemas existenciais, como medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinarem infinitos assuntos.

Zilberman (2010), frisa, inclusive que, os benefícios da expressão artística na formação são inúmeros, anexam-se ao simples fato de a literatura não ter fronteira em si mesma, ela atua de forma livre, sem se conter a temas, a pessoas, autores, tempo, espaço.

Para Zilberman (2010), a expressão artística é a junção entre o ler e as alturas, é conhecer a vida, é viajar no tempo e no espaço, conhecer o mundo sem se preocupar com o combustível; é vencer a força da gravidade, sem lutar e sem se mover.

É nessa perspectiva que Martins (2010) reflete e enfatiza que durante a expressão artística, faz-se necessária a interação entre os educandos o professor e o universo literário, sendo que o educador é o responsável por essa interação, pois

ele é mediador no processamento da prática leitora. A expressão artística é um ato individual de produção de sentidos, num contexto que se configura mediante a interação entre autor e leitor e que, portanto, serão diferentes, para cada leitor, dependendo de seus conhecimentos, interesses e objetivos do momento da leitura e principalmente da diversidade de contos oferecida.

2.1 PROJETO INTERDISCIPLINAR: SEMANA CULTURAL

Tem-se aqui a realização de uma proposta de Projeto interdisciplinar que reflita a realização de uma Semana Cultural voltada aos anos iniciais do ensino fundamental contemplando aspectos culturais e sociais do contexto existencial do aluno. Delimita-se, então, que com o projeto abordar-se-á a recursos linguísticos de forma intrínseca às poesias literárias, oferecendo ao educando a capacidade de ampliar suas competências linguísticas, desenvolver sua expressão, colocando-se “dentro” do poema como protagonista da história e da época.

TEMA DO PROJETO:

O tema do Projeto “POESIA VIVA” contempla a relação entre o gosto pela leitura poética, ou seja, através de poesias literárias, fazendo assim uma relação significativa entre a área da Língua Portuguesa e da Literatura.

PÚBLICO-ALVO:

Alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

JUSTIFICATIVA

Considerando como uma das possibilidades o fato de que o educando, em geral, tem pouco contato com a leitura e apreciação de poemas literários e obras artísticas em seu ambiente familiar e apresenta na escola pouco interesse na disciplina de Artes, decorrentes dessa carência, tem-se no projeto "POESIA VIVA" a pertinência e possibilidade para amenizar esta lacuna.

Pontua-se, inclusive, que a relevância do Projeto espelha-se no reconhecimento da importância do trabalho com diferentes expressões artísticas, onde as aulas devem referenciar possibilidades para diversos caminhos ao trabalhar a leitura, interpretação de texto, oralidade, escrita e mecanismos textuais.

OBJETIVO GERAL:

↔ Despertar no aluno o interesse pelos aspectos culturais e sociais do seu contexto existencial através de recursos digitais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Refere-se ao que se espera com o desenvolvimento do trabalho realizado com os alunos. Se configura como as metas traçadas para o aprendizado, as quais serão atingidas a partir das atividades desenvolvidas em sala.

↔ Oferecer aos alunos a aproximação com diferentes expressões artísticas, viabilizando uma reflexão cultural, artística e social a partir das apresentações realizadas.

- ↔ Oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver apreciações artísticas através de poesias literárias;
- ↔ Desenvolver o prazer pela leitura, apreciando poemas, compreendendo o enredo e o vocabulário neles envolvido;
- ↔ Assumir, juntamente com os alunos, o desafio de tornarem-se declamadores de poesias, refletindo esta modalidade textual dentro de seu contexto literário.

METODOLOGIA

As estratégias usadas para atingir os objetivos propostos no Projeto "POESIA VIVA" contemplam aulas online via plataforma classroom pelo meet, leituras, pesquisas, ensaios.

Cada aluno deverá memorizar sua poesia, para depois declamar em cenário que demonstre o que o aluno sentiu com a poesia.

Em casa, cada aluno declama sua poesia com um cenário de acordo. A poesia deverá ser gravada e enviada, postada na plataforma.

Depois, através de um encontro via meet, um aluno terá a oportunidade de visualizar a apresentação do colega.

Como ponto culminante da atividade, cada filho apresentará para seus pais sua poesia.

RECURSOS DIDÁTICOS

Poesias que os alunos poderão escolher de acordo com seu contexto de vida e interesse.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de acordo com o momento que os alunos estão vivenciando, será acompanhada de forma on-line.

Durante a efetivação do Projeto “POESIA VIVA” a previsão da avaliação refere-se ao acompanhamento dos envolvimento dos alunos, sua compreensão e capacidade de relacionar as poesias com conteúdo estudados outras disciplinas. Por exemplo, se um aluno fizer uma poesia sobre importância da alimentação saudável, estará relacionando-a à Ciências. Se fizer sobre livros, estará integrando várias disciplinas; se fizer sobre cidades estará na área da geografia.

REFERÊNCIAS

AVERBUCK, Lígia Morrone. A poesia e a escola. ZILBERMAN, Regina. Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2010.

AZEVEDO, Ricardo. Qual a “função” da literatura? **Carta na Escola**, São Paulo: Ática, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, MEC/SEF, 1998.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. Literatura juvenil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERRAZ, Beatriz. Construindo competências para o planejamento de Projetos Didáticos e Sequências de Atividades na Educação Infantil. São Paulo, 2002.

FILHO, Domício Proença. A Linguagem Literária. São Paulo: Ática, 2010.

LEFFA, Wilson J. Aspectos da leitura na Literatura. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 2014.

PAES, José Paulo. Poemas para brincar. São Paulo: Editora Ática 2014.

ZILBERMAN, Regina. Leitura poética em crise na escola: as alternativas do professor. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses eventos geram muitos benefícios para a escola, por exemplo, aproximam a família da instituição, colaboram para o melhor desempenho dos alunos e desencadeiam marketing positivo e fidelização. Para realizar um evento na escola, é preciso estabelecer um planejamento escolar, incluí-lo no Projeto Político-Pedagógico, definir seus objetivos, alinhá-lo ao currículo e elaborar um plano de ação.

As atividades realizadas durante os eventos escolares são ótimas oportunidades para utilizar e estimular as metodologias ativas de aprendizagem, as competências sócias emocionais e as habilidades essenciais para o desenvolvimento dos alunos. Observou-se que através de atividades como essa da Semana Cultural, pode-se oportunizar aos alunos o contato com diferentes expressões artísticas, viabilizando uma reflexão cultural, artística e social a partir das apresentações realizadas, motivando a participação dos alunos nas atividades escolares remotas.

Salienta-se a teoria permitiu constatar que a participação dos pais nos eventos das escolas não costuma ser aderida por todos, pois, devido à rotina intensa, muitos não conseguem, o que torna

os eventos on-line para a escola uma ótima alternativa.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Felipe; ANTUNES, Mariana. **Tecnologia na educação: ferramentas digitais facilitadoras da prática docente.** Pesquisa e debate em educação, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/issue/view/12>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MARTINS, Ligia M. e DUARTE, **Formação de professores limites contemporâneos e alternativas necessárias.** 1ª ed, São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

SANTOS, Melina Nymann dos.; ROSA, Cleci Teresinha Werner da; DARROZ, Luiz Marcelo. **Interdisciplinaridade no contexto escolar: relato de uma atividade envolvendo um estudo sobre diferentes países.** Vivências. Vol 15, n. 28: p. 135-144, Mai. 2019. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/articloe/view/21>. Acesso em: 03 fev. 2022.

UEMG. **O Pedagogo docente e o ensino de Arte na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Educação em Foco, Belo Horizonte, ano 23, n. 41, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/4838>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CAPÍTULO 5

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO – POSSIBILIDADES E DESAFIOS

ACCOUNTABILITY FOR EDUCATION RESOURCES –
POSSIBILITIES AND CHALLENGES

Resumo

De maneira simplificada, a prestação de contas pode ser definida como a demonstração do que foi feito com os recursos públicos que foram transferidos a uma entidade num determinado período. Prestará Contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize arrecadar, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em uma desta, assumam obrigações de natureza pecuniária. O que deve ser feito para receber os recursos, aplicações corretas e Transparências. O gerenciamento e a prestação de contas dos recursos do PDDE apresentam uma série de protocolos específicos muitas vezes não compreendidos inteiramente pelos gestores escolares, visto que esses, normalmente, não possuem uma formação na área administrativa ou financeira, e se veem na função designada a gerenciar e prestar contas dos recursos do PDDE, tendo assim que cumprir com excelência todos os critérios estabelecidos nas normativas que regularizam o programa.

Palavras-chave: Prestação de contas. PDDE. Nota Fiscal. Conselho.

ABSTRACT

In a simplified way, accountability can be defined as the demonstration of what was done with public resources that were transferred to an entity in a given period. Any individual or public entity that uses to collect, keep, manage or administer money, goods and public values or for which the Union is responsible, or that, in one of these, assume obligations of a pecuniary nature, shall be Accountable. What must be done to receive the resources, correct applications and Transparencies. The management and accountability of PDDE resources present a series of specific protocols often not fully understood by school managers, since they usually do not have training in the administrative or financial area, and see themselves in the role designated to manage. and to account for PDDE resources, thus having to comply with excellence with all the criteria established in the regulations that regulate the program.

Keywords: Accountability. PDDE Invoice. Advice.

1. INTRODUÇÃO

OBJETIVO

Formação continuada dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o acompanhamento para a prestação de Contas no controle dos recursos públicos destinados aos programas e ações e ações desenvolvidos pelo MEC/FNDE e recursos Municipais.

O QUE É PRESTAÇÃO DE CONTAS

É o ato de informar a alguém, como estão os seus gastos. Constituição Federal do Brasil parágrafo 70§, Prestará Contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize arrecadar, guarde, gerenciamento ou administrativa dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em uma desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

O QUE DEVE SER FEITO PARA RECEBER O RECURSO A SER TRANSFERIDO?

1. Abertura de conta bancária específica para movimentação do recurso transferido;
2. A unidade executória "CDUE" deve ser registrada em cartório, lavrada Ata de posse dos membros efetivos;
3. A conta deve ser aberta exclusivamente para movimentação dos recursos repassados pela concedente governo Federal ou Municipal.

A movimentação dessa cobra é exclusivamente para pagamento de despesas previstas no Plano de Aplicação de Recursos, mediante o que nominal e transferência ou para aplicação financeira

1.1 O que é prestação de contas? (PDDE)

De maneira simplificada, a prestação de contas pode ser definida como a demonstração do que foi feito com os recursos públicos que foram transferidos a uma entidade num determinado período.

No caso do PDDE, trata-se de apresentar à comunidade escolar e aos órgãos competentes os valores recebidos pela entidade num dado ano, as despesas realizadas nesse período e eventuais saldos a serem reprogramados para uso no ano seguinte, para demonstrar se os recursos foram corretamente empregados e se os objetivos do programa e de suas ações foram alcançados.

Para facilitar esse procedimento, o FNDE disponibiliza formulários, com campos para indicação de informações consideradas indispensáveis para avaliação das contas das entidades.

2. Em que situações é preciso fazer a prestação de contas?

As entidades devem fazer prestação de contas sempre que:

- a. Tiverem recebido recursos do PDDE ou de qualquer uma de suas ações naquele ano; ou
- b. Tiverem saldos de recursos reprogramados de anos anteriores, ainda que não tenham recebido novos repasses. É importante frisar que a prestação de contas é obrigatória mesmo se os recursos não tiverem sido utilizados naquele período. Nesse caso, basta informar que os recursos disponíveis não foram utilizados e que serão reprogramados para uso no ano seguinte.

2.1 Por que é preciso prestar contas?

Em suma, é preciso prestar contas por ser esta uma obrigação que está claramente definida no artigo 70 da nossa Constituição. Contudo, a exigência de prestação de contas para quem se responsabiliza por recursos públicos é mais antiga do que a Carta Magna de 1988. O Decreto-Lei nº 200/67, por exemplo, já tratava do assunto. Assim, quem recebe recursos repassados pelo Governo Federal por meio de transferências legais ou de convênios, em razão dos dispositivos legais acima, também assume esta obrigação.

2.3 De que se devem prestar contas?

De todo recurso público pelo qual se assume alguma responsabilidade. No caso das transferências realizadas pelo FNDE para execução

de programas ou projetos educacionais, deve-se prestar contas dos recursos recebidos, dos rendimentos obtidos em razão de aplicações no mercado financeiro, bem como de valores de contrapartida que tenham sido pactuados.

3. DE QUEM É A OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS? QUANDO HÁ TROCA DE PREFEITOS, O NOVO GESTOR ASSUME ALGUMA RESPONSABILIDADE?

A obrigação de prestar contas é de todo aquele que gere recurso público. Assim, no caso de uma prefeitura, por exemplo, quem estiver como dirigente municipal - prefeito ou prefeita -, quando ocorrem as transferências de recursos pelo FNDE, torna-se responsável por prestar contas.

No caso de mudança na gestão municipal, é importante atentar-se ao que diz a Súmula 230 do Tribunal de Contas da União (TCU):

"Compete ao prefeito sucessor apresentar a prestação de contas referente aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito e o prazo para adimplemento dessa obrigação vencer ou estiver vencido no período de gestão do próprio mandatário sucessor, ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público."

4. Quais são os prazos para prestar contas?

Em regra, valem os prazos estipulados nas Resoluções, Termos de Convênio ou Termos de Compromisso. Contudo, em relação às prestações de contas cujos prazos se encerravam a partir de 2012, a Resolução CD/FNDE nº 02/2012, com as alterações advindas da Resolução CD/FNDE nº 43/2012, define que o prazo para envio de cada prestação de contas é de 60 (sessenta) dias a contar da disponibilização da funcionalidade de envio no sistema. Com base nessa Resolução, os prazos de prestação de contas dos programas, e os conselhos de controle social terão, a contar dessa data, mais 45 dias para enviar o Parecer.

Desde a sua instituição em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é o único programa que possibilitou, ao Governo Federal, transferência automática de recursos financeiros diretamente para as escolas públicas de todo o país, promovendo assim a autogestão escolar. Os recursos repassados pelo governo podem ser utilizados tanto para adquirir materiais de custeio quanto de capital, desde que os gastos estejam relacionados às atividades pedagógicas da unidade escolar beneficiada e que não desrespeitem os critérios de utilização apresentados pelo programa.

E para que a unidade possa receber os recursos é necessário que as unidades atendidas pelo programa, disponham de uma Unidade Executora (UEX), que consiste em uma personalidade jurídica de direito privado com a função de gerenciar os recursos recebidos. Por se tratar de dinheiro público, as escolas beneficiadas têm o dever de prestar contas da utilização do mesmo, sendo de responsabilidade do dirigente máximo da unidade escolar executá-la conforme determina as resoluções que direcionam o programa (RIBEIRO, 2014).

O não cumprimento da prestação de contas dentro dos prazos determinados nas normativas do programa, ou se as mesmas apresentarem incorreções em sua elaboração poderá acarretar suspensão do recurso para as escolas, além da responsabilização do gestor por negligência no uso dos mesmos. Sendo que, neste caso, os recursos deverão ser devolvidos em sua totalidade pelos gestores inadimplentes no prazo máximo de 30 dias e, caso a devolução não ocorra, será instaurada a Tomada de Contas Especiais (TCE) em desfavor do gestor responsável pela irregularidade cometida (BRASIL, 2011a).

O gerenciamento e a prestação de contas dos recursos do PDDE apresentam uma série de protocolos específicos muitas vezes não compreendidos inteiramente pelos gestores escolares, visto que

esses, normalmente, não possuem uma formação na área administrativa ou financeira, e se veem na função designada a gerenciar e prestar contas dos recursos do PDDE, tendo assim que cumprir com excelência todos os critérios estabelecidos nas normativas que regularizam o programa.

Os problemas na prestação de contas do PDDE são recorrentes, visto que várias escolas são vetadas a receber o recurso todos os anos. Em 2014, por exemplo, conforme apresentado por Lins (2015), 175 escolas da Região Metropolitana da Baixada Santista no estado de São Paulo deixaram de receber mais de R\$ 1 milhão de reais referente aos recursos do PDDE, devido a inadimplência na prestação de contas do ano anterior.

E o não recebimento dos recursos do PDDE pode ocasionar transtornos para as escolas, pois, conforme descrito por Moreira (2012, p. 2): “As verbas repassadas às escolas públicas, apesar de não serem vultosas [a depender do contexto de cada unidade], representavam uma forma descentralizada de administração dos recursos financeiros destinados à educação, com reflexos na gestão escolar.”

4.1 Programa dinheiro direto na escola: Origem e finalidades do programa

Com o propósito de impulsionar a política de descentralização dos recursos financeiros destinados à educação pública, promulgada na Constituição Federal de 1988, criou-se, por intermédio da Resolução n. 12, de 10 de maio de 1995, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), tendo sua denominação alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) pela Medida Provisória n. 1.784. de 14 de dezembro 1998 (SILVA, 2013).

O PDDE tem a finalidade de prestar assistência financeira de caráter suplementar às escolas públicas de educação básica, às escolas privadas de educação especial e aos polos presenciais do sistema Universidade Abertas do Brasil (UAB) – sejam no âmbito municipal, estadual ou do Distrito Federal – com a função de fomentar a autogestão e a participação da comunidade escolar no controle social (BRASIL,2013).

A grande inovação advinda com o programa consiste no fato de o mesmo possibilitar a transferência de recursos financeiros da União, por intermédio do FNDE, diretamente para as escolas beneficiadas, independentemente da celebração de convênio, ou instrumento congênere, baseando-se no

número de alunos determinado pelo censo escolas do ano anterior ao do repasse (BRASIL, 2017a).

Uma das justificativas do governo para a implantação do PDDE é a de que, partindo-se do pressuposto de que é a comunidade escolar – por ser quem vivencia as necessidades e os problemas da escola – quem apresenta maior habilitação para administrar e aplicar os recursos financeiros que lhes são direcionados, resultando em maior eficiência, agilidade e transparência no uso dos mesmos (OLIVEIRA; LIMA, 2015).

Segundo Yanaguita (2016, p. 7): “Os recursos do Programa advêm majoritariamente do Salário Educação – contribuição social das empresas destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública”. O valor do recurso é calculado a partir da soma de um valor base, fixo dentro de um determinado intervalo de classe de número de alunos, com o fator de correção, que consiste em um valor variável per capita – criado com base no número de alunos, na localização geográfica e na modalidade de ensino (PERES; MATTOS, 2015).

Os repasses levam em conta as desigualdades regionais do país visando a diminuição dos desníveis socioeducacionais. Dessa forma, escolas situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebem valores ligeiramente maiores que as

das regiões Sul, Sudeste e do Distrito Federal (ADRIÃO; PERONI, 2007).

Na Resolução n. 16, de 9 de dezembro de 2015, do FNDE, determina-se que os valores sejam repassados para as escolas públicas em duas parcelas anuais, uma em cada semestre, mediante crédito em conta da Unidade Executora (UEX) (BRASIL, 2015). A UEX, popularmente conhecida como Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres consiste em uma entidade sem fins lucrativos, de personalidade jurídica do direito privado, representativa das escolas públicas de educação básica e capazes de possuir, em nome próprio, conta corrente para recebimento dos recursos financeiros do PDDE (BRASIL, 2014).

Na forma específica, as UEX assumem dois diferentes tipos, cujos objetivos são similares: Entidade Executora (EEX) – representativa das secretarias municipais e estaduais de educação, sendo essas responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas que não instituíram UEX Própria; e a Entidade Mantenedora (EM) – que representam as escolas privadas de educação especial, ou outras entidades similares, responsáveis pela gestão e prestação de contas dos recursos financeiros das escolas de educação especial. Sendo que é obrigatória a instituição de

UEx própria nas escolas com mais de 50 alunos matriculados (CORONEL; OLIVEIRA, 2005).

De um modo geral, as UEx contêm, em sua estrutura básica: Assembléia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Sendo que a diretoria executiva se desdobra em outras duas unidades auxiliares: a Comissão de Execução Orçamentária e a Comissão de Execução Pedagógica. Esta estrutura básica pode vir a sofrer pequenas variações, visto que cada escola elabora seu próprio estatuto (Cuiabá, 2021).

A resolução n. 17, de 19 de abril de 2011, da Constituição Federal de 1988, definiu que os recursos do PDDE podem ser aplicados para cobrir despesas de custeio e de capital, sendo essas especificadas conforme classificação estabelecida na Portaria n. 488, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional. No entanto, as regras do programa proíbem a utilização dos recursos para cobrir despesas relacionadas com: pagamento de salários e contribuições sociais; gastos com taxas bancárias; gastos com festividades; pagamento de conta de água, luz e similares; e demais dispêndios que não denotem finalidade estritamente pedagógica (BRASIL, 2011a).

O gestor escolar, no momento do cadastro da UEx, é o responsável pela determinação do

percentual de recursos que deseja receber em cada categoria. Caso o percentual não seja informado previamente, o FNDE determina que o mesmo seja de 80% destinados a cobrir despesas de custeio e 20% destinados a cobrir despesas de capital (BRASIL, 2011a). É vetada a utilização de recursos destinados a despesas de custeio para cobrir despesas de capital e vice e versa, sob o risco de a UEx ter que devolver os recursos utilizados aos cofres públicos ou até mesmo perder o direito de ser contemplada com os mesmos no ano subsequente (BRASIL, 2016).

As decisões quanto à aplicação do recurso devem ser tomadas em conjunto com a comunidade escolar visando a promoção da democracia na tomada de decisão e ocasionando maior transparência no uso dos recursos.

Sendo assim, ao receber o recurso, a UEx beneficiada, em conjunto com os membros da comunidade escolar, são os responsáveis pela realização de um levantamento na unidade escolar com o propósito de identificar prioritariamente onde será feita a aplicação dos recursos. Após determinada as prioridades, torna-se responsabilidade do gestor da escola, que ocupa o cargo de presidente da UEx, a realização de pesquisa de preços, com um quantitativo mínimo de três fornecedores, com a finalidade de determinar

o menor custo/benefício dos produtos e/ou serviços a serem contratados (BRASIL, 2011a).

O gestor somente poderá comprar produtos e/ou contratar serviços de fornecedores que apresentem situação cadastral regularizada junto à Receita Federal. Os fornecedores deverão obrigatoriamente emitir nota fiscal, pois essas servem de comprovante da utilização dos recursos por parte da UEX, sendo obrigatório anexá-las junto às documentações de prestação de contas do recurso (RIBEIRO, 2014).

4. METODOLOGIA

Formulário elaborado pelo Google forms, que foi enviado para os gestores de unidades próximas pela rede social *whatsapp*.

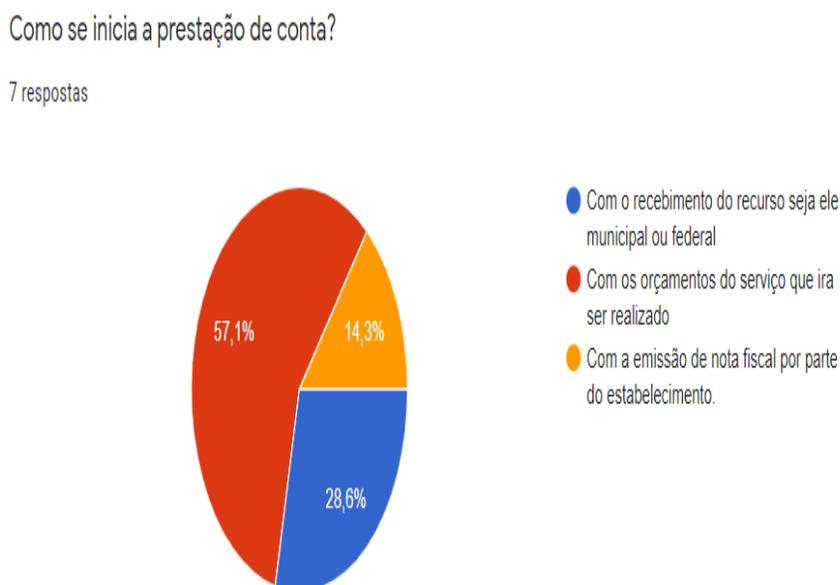
E para analisar os resultados da pesquisa que foi realizada com 3 unidades, sendo elas (CMEI Joana Mont Serrat Spindola Silva, EMEB Celina Fialho Bezerra, CMEI Regina Pia Padilla).Elaboramos gráficos nos formatos pizza e barras, pela plataforma google forms, que mediu os dados em percentuais de acordo com as respostas dadas às questões propostas no questionário.

Nas questões que foram propostas buscamos abordar a importância e os desafios que uma equipe gestora enfrenta na elaboração da prestação de conta dos recursos recebidos, e como foi realizada a prestação de conta durante o período pandêmico. Cabe destacar que esta os dados que foram coletados são de apenas 3 equipes gestoras diferentes, onde foram obtidas sete respostas.

6. Resultado das pesquisas

A primeira questão buscou investigar o conhecimento dos respondentes, sobre como se inicia a prestação de conta? A relação das escolas e seu respectivo número de residentes estão apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1-Como se inicia a prestação de conta?



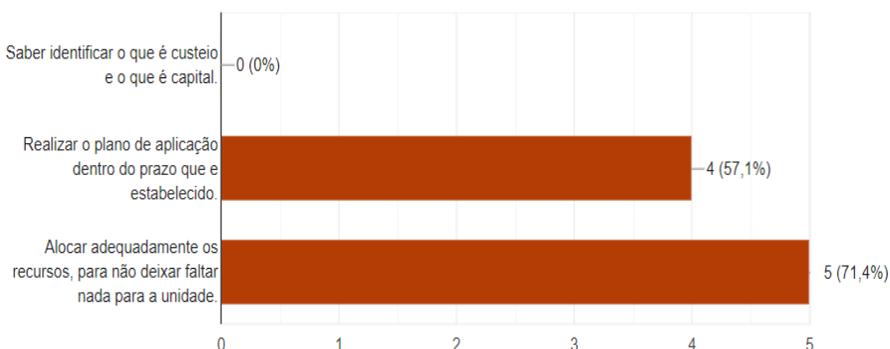
Fonte: Autores (2021).

A segunda questão buscou identificar qual foi o grande desafio que os mesmos já enfrentaram para a elaboração do plano de aplicação dos recursos. As respostas estão demonstradas no gráfico 2.

Gráfico 2- Qual foi o Grande desafio que você encontrou para a realização do Plano de Aplicação dos Recursos?

Qual foi o Grande desafio que você encontrou para a realização do Plano de Aplicação dos Recursos?

7 respostas



Fonte: Autores (2021).

O que podemos concluir analisando quantitativamente o gráfico e que o grande desafio na hora de realizar o plano de aplicação dos recursos, e a preocupação com a possível falta de materiais essenciais para o funcionamento adequado da unidade, e como conseguir identificar quais são todos os serviços e materiais que a unidade precisa dentro de um prazo curto já preestabelecido, não levando em consideração o pouco tempo dos servidores.

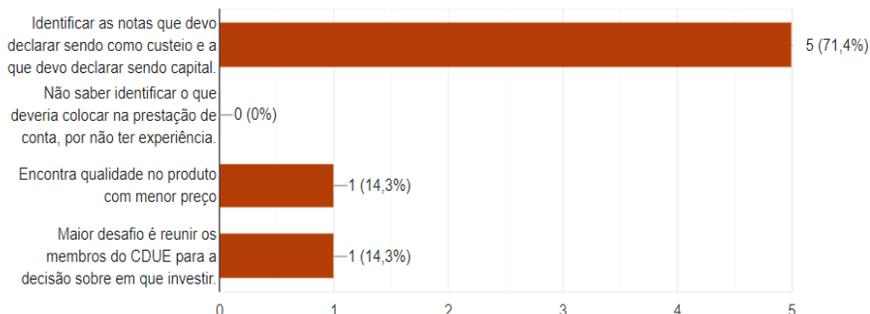
A terceira pergunta buscou compreender que os representantes do conselho enfrentam ou já enfrentaram na hora de realizar a prestação de conta da verba municipal. Para isso, fornecemos um

pequeno conjunto de desafios e os participantes deveriam marcar a principal para eles. E as respostas foram registradas no gráfico 3.

Gráfico 3- Quais são os principais desafios que você enfrenta ao realizar a prestação de conta para a verba municipal?

Quais são os principais desafios que você enfrenta ao realizar a prestação de conta para a verba municipal?

7 respostas



E como podemos observar no gráfico, a grande maioria tem o desafio na hora de saber em qual categoria ele deve colocar uma determinada nota, sendo custeio ou capital. Já que segundo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) é vedada a destinação de recursos de capital para realização de despesas de custeio e vice-versa.

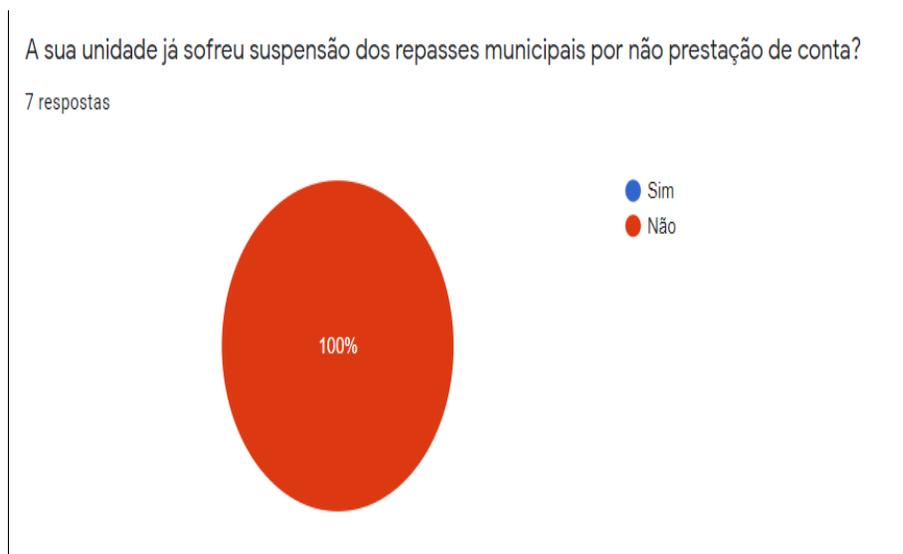
Se isso acontecer, a entidade deve submeter justificativa à avaliação do órgão responsável pela análise de sua prestação de contas.

No caso das UEx, por exemplo, caberá à Secretaria de Educação Estadual ou do Distrito Federal ou à Prefeitura Municipal, conforme

vinculação da escola, avaliar se a justificativa é pertinente. Se esses órgãos entenderem que sim, deverão lançar as despesas da forma como foram realizadas, no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), para posterior envio ao FNDE. Se entenderem que não, as despesas deverão ser registradas no SIGPC como não aprovadas e a UEx terá que devolver os recursos para os cofres públicos, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

O quarto questionamento indagava se a unidade de atuação do participante já avia sofrido suspensão de repasses municipais. As respostas foram registradas no gráfico 4.

Gráfico 4 - A sua unidade já sofreu suspensão dos repasses municipais por não prestação de conta?



Fonte: Autores (2021).

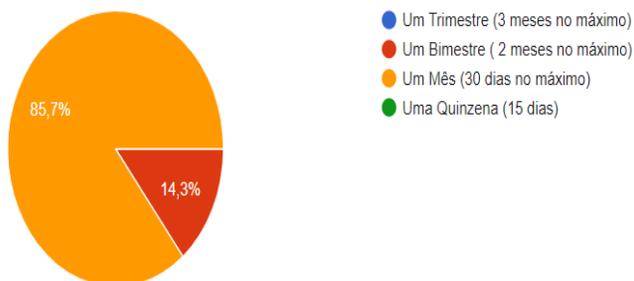
E como podemos observar a unidade de todos os participantes até o presente momento nunca sofreram suspensão de repasses de verba municipal, pela não prestação de conta.

A quinta indagação buscou entender, a partir de uma lista prévia, quais atividades o estagiário gostaria de realizar caso a residência pedagógica fosse realizada de forma presencial. Foram pensados em um conjunto trabalhos pedagógicos que são complicados para serem vivenciados de maneira remota para compor esse elenco. As atividades relacionadas e os resultados foram demonstrados no gráfico 5.

Gráfico 5 – Após o recebimento do repasse municipal, qual o prazo máximo para se realizar a prestação de conta?

Após o recebimento do repasse municipal, qual o prazo máximo para se realizar a prestação de conta?

7 respostas



A sexta interrogação buscou realizar uma correlação com o prazo que foi escolhido pelo

participante na pergunta anterior, levando em consideração a sua resposta. Os dados, podem ser melhor visualizados no gráfico 6a seguir.

Gráfico 6- Com base na pergunta anterior e na sua experiência como membro do conselho, você considera o prazo para realizar a prestação de conta?

Com base na pergunta anterior e na sua experiência como membro do conselho, você considera o prazo para realizar a prestação de conta?

7 respostas

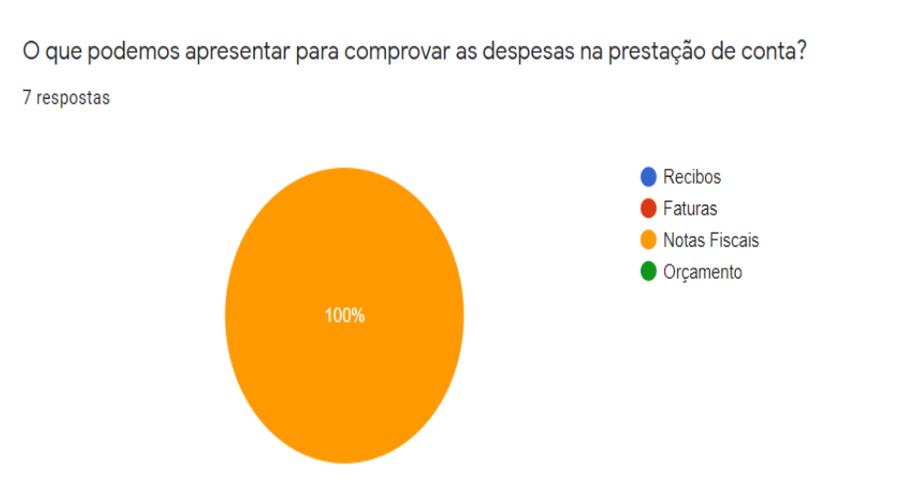


Fonte: Autores (2021).

E como podemos observar temos um pequeno impasse para duas partes dos participantes, quando o assunto se trata do tempo para a realização da prestação de conta. Temos duas principais vertentes a primeira que coloca como o tempo dada para a prestação de conta com sendo suficiente para a sua elaboração, finalização e entrega, e a segunda que coloca o tempo sendo muito curto já que são muitas coisas a serem entregues e feitas até o prazo estabelecido.

A sétima pergunta buscou identificar o conhecimento dos participantes em relação a prestação de conta, saber se eles sabem qual documento é utilizado para apresentar como comprovante de despesa da unidade. Os dados, podem ser visualizados no gráfico 7.

Gráfico 7-0 que podemos apresentar para comprovar as despesas na prestação de conta?



Fonte: Autores (2021).

E após o recebimento da nota fiscal devemos prestar atenção em diversos pontos importantes como verificar a data limite da nota fiscal (prazo estipulado pela secretaria de tributação), sendo admitido carimbo de prorrogação de validade, de acordo com a legislação em vigor, verificar se a nota é específica para a venda de produtos ou prestação de serviços, ou ainda, de produtos e serviços e tomar cuidado com a nota fiscal que não

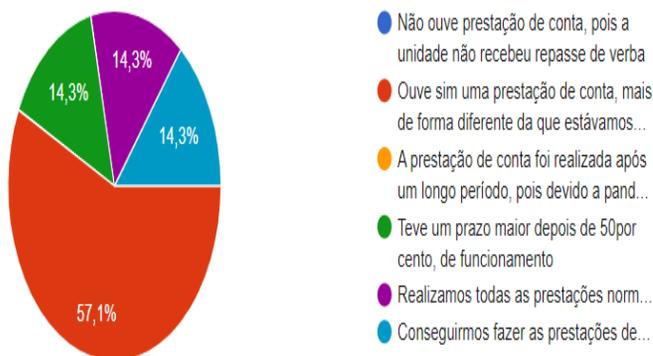
contenha a quitação do valor pago, datada e assinada pelo fornecedor ou prestador de serviço. Para não correr riscos da suspensão de recursos futuros.

A oitava pergunta buscou identificar se a unidade realizou a prestação de conta de algum recurso recebido durante o período de pandemia e saber se a prestação de conta da unidade foi feita como nos anos anteriores ou teve algum ajuste para que pudessem ser realizadas. Os dados, obtidos podem ser visualizados no gráfico 8.

Gráfico 8–Neste período de ensino online devido a pandemia, como foi realizada a prestação de conta?

Neste período de ensino online devido a pandemia, como foi realizada a prestação de conta?

7 respostas



Fonte: Autores (2021).

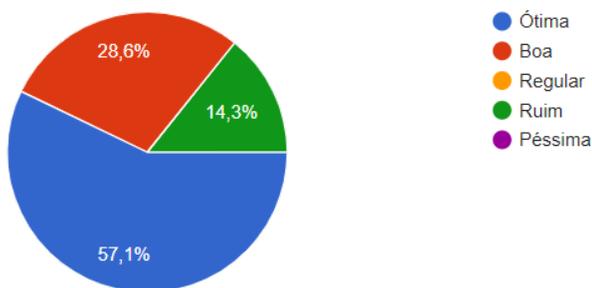
A nona pergunta buscou identificar como é a cooperação entre os membros do conselho da unidade, visto que todas as decisões devem ser tomadas em

conjunto com todos e de comum acordo. Os dados, obtidos podem ser visualizados no gráfico 9.

Gráfico 9-Como você avalia a cooperação entre os membros do conselho, para realizar uma melhor fiscalização?

Como você avalia a cooperação entre os membros do conselho, para realizar uma melhor fiscalização?

7 respostas



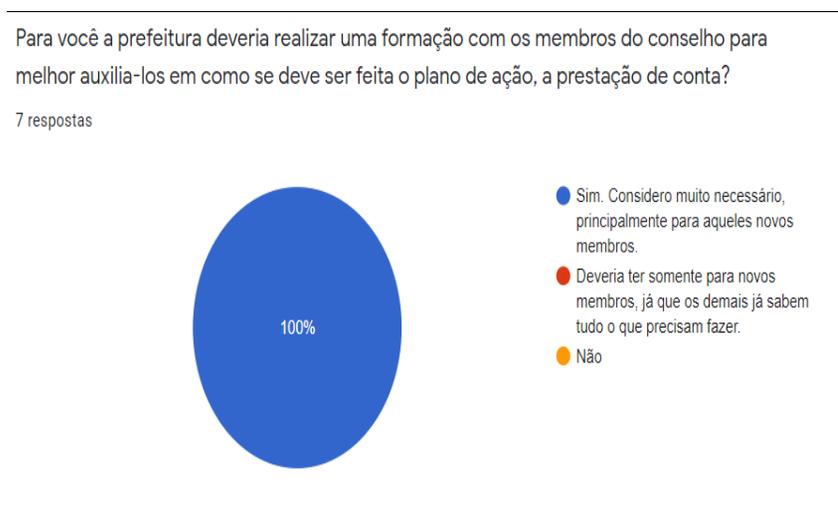
Fonte: Autores (2021).

Sabe-se que a interação entre os membros do conselho pode auxiliar e muito na aprovação de alocação de recurso para terminado projeto, e lavando em consideração os dados obtidos através do questionário podemos considerar que as interações e decisões entre os membros do conselho são boas. Mas analisar e discutir as propostas dos membros são essenciais para transformar a educação.

A decima perguntaprocurou saber a opinião dos membros do conselho, sobre a criação de uma formação para os novos membros do conselho. Tendo

em vista que os novos membros ainda não possuem muito conhecimento sobre os assuntos que são abordados. E os dados, obtidos podem ser visualizados no gráfico 10.

Gráfico 10-Para você a prefeitura deveria realizar uma formação com os membros do conselho para melhor auxiliá-los em como se deve ser feita o plano de ação, a prestação de conta?



Fonte: Autores (2021).

Já na última pergunta foi disponibilizado espaço para que os participantes da pesquisa pudessem se expressar livremente, 4 membros se manifestaram e pode-se observar que é de muita importância a formação de todos os membros, tendo em vista que todos devem atuar continuamente na fiscalização dos recursos. A seguir, os comentários transcritos na íntegra dos oito participantes.

Os membros devem conhecer o estatuto as obrigações e deveres para desenvolver um bom trabalho fiscalizar e ter transparência no trabalhos e execuções da prestação de contas. R1

Muitos acham que o CDUE responsável pelas prestações de contas é supérfluo, porém a transparência é necessária e obter os recursos são fundamentais para o bom funcionamento da unidade escolar. R2

Toda experiência na unidade de ensino se faz importante devemos nos informar de tudo para o nosso aprendizado e conhecimento. R3

É grande aprendizagens todos deveriam participar do Conselho.R4

Conclusão

O que podemos concluir do presente trabalho e questionário realizado de forma simples, e que a prestação de contas ainda é um grande desafio que os membros do conselho passam constantemente, e que uma melhor formação e orientação aos membros seriam muito importantes. Pois na formação eles iriam receber instruções/orientações de como devem ser feita uma boa prestação de conta, qual o tempo máximo para a sua realização, dentre outras dúvidas que iriam surgindo no decorrer das aulas.

Outro ponto a se pensar e que os membros se perdem e possuem dúvidas ainda, e em relação ao tempo para a realização e entrega da prestação de conta da unidade. E uma alternativa para que os membros possam entregar dentro do prazo seria de realizar a separação diariamente das notas fiscais que serão utilizadas na prestação de conta.

E como podemos concluir realizando uma análise dos resultados do questionário, os membros do conselho deveriam passar por uma formação, onde receberiam constantemente aulas para que possam realizar um bom plano de aplicação que seja totalmente efetivo, uma boa prestação de contas dos recursos, sendo eles municipal ou federal, para que não corram risco de ficar em os recursos. E as formações não seriam importante apenas que eles possam realizar uma boa prestação de conta ou um

plano de aplicação efetivo. A formação ajudaria até na hora de identificar qual é a melhor forma de alocar um determinado recurso, para que não possa faltar nada para a unidade.

E para os novos membros, seria de grande importância uma formação bem elaborada com todas as informações que ele precisa saber para que possa participar ativamente do conselho, visto que ele receberia todo conhecimento necessário para que possa se tornar um membro participativo que sabe identificar qualquer erro na elaboração do plano de aplicação, erro na emissão da nota ou qualquer outro problema que possa surgir. Pois como podemos observar a grande maioria, dos novos membros não possuem qualquer conhecimento sobre como funciona uma prestação de conta, como ela é feita, o que fazer com ela, para quem ele deve prestar conta do recurso recebido, de onde vem esse recurso, como faço para receber o recurso para minha unidade, além do medo de fazer algo de errado ou não querer fazer parte do conselho pela falta de conhecimento técnico.

E para finalizarmos a formação serviria como uma forma também de conscientização da população, pois recebendo informações que são importantes tais como quem deve prestar como e do que se deve prestar conta, o conhecimento crítico de ela irá aumentar, fazendo assim com que ela possa se

questionar o que e feito com o dinheiro dos impostos arrecadados pelo município, governo, e nação. Pra onde vai esse dinheiro como e feita à prestação de conta de um município? E fazendo assim uma gestão mais participativa no conselho e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988: Art. 05. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 26 nov. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Boletim Informativo n. 03/2016. **Dicas PDDE**. Brasília, 2016.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Dinheiro Direto na Escola. **Apresentação**. 2017 a. Disponível em. Acesso em: 27 nov. 2021.

PDDEREx - Relação de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE. FNDE. Ministério da Educação. **Relação de Unidades Executoras (REx)** - 2017. Disponível em. Acesso em: 23 nov. 2021.

RAMOS, Cirene. **Os desafios da gestão financeira e prestação de contas escolar: o caso da Regional Serrana II/SEEDUC-RJ**. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Gestão de Controle, Apoio e Avaliação**. Orientação para implantação dos conselhos escolares: gestão democrática na escola pública. 2011.

MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque. **Gestão financeira descentralizada: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola**. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2012. Disponível em: . Acesso em: 28 jun. 2021.

CAPÍTULO 6

EL USO DE HERRAMIENTAS DIGITALES PARA USO EDUCATIVO EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA ESCUELA PRIMARIA

O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS PARA USO
EDUCACIONAL NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO
PRIMÁRIO

RESUMO

Após a pandemia do Coronavírus, as instituições de ensino tiveram que modificar muito a forma de ensinar em um pequeno espaço de tempo, ensinando e se comunicando com seus alunos. E diante disso, os professores tiveram que adotar novas formas de ensinar nesse período. A utilização de ferramentas digitais revelou-se um elemento fundamental na prática docente no que diz respeito ao uso das novas tecnologias. Apesar dos inúmeros desafios, surgiram inúmeras oportunidades para eles utilizarem as novas ferramentas digitais disponíveis, que até então eram pouco utilizadas para a prática docente, o que os faz utilizar as tecnologias digitais como facilitadoras no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a tecnologia torna-se uma oportunidade de contribuir positivamente tanto para os processos de ensino quanto para o ensino a distância, proporcionando novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender.

Palavras-chave: Tecnologias. Ferramentas. Ensinar.

RESUMEN

Después de la pandemia del Coronavirus, las instituciones educativas tuvieron que modificar en gran medida la forma en que enseñaban en un pequeño espacio de tiempo, la enseñanza y la comunicación con sus estudiantes. Y en vista de esto, los maestros tuvieron que adoptar nuevas formas de enseñar durante este período. El uso de herramientas digitales demostró ser un elemento fundamental en la práctica docente en cuanto al uso de las nuevas tecnologías. A pesar de los numerosos desafíos, han surgido numerosas oportunidades para que utilicen las nuevas herramientas digitales disponibles, que hasta entonces eran poco utilizadas para la práctica docente, lo que les hace utilizar las tecnologías digitales como facilitadores en el proceso de enseñanza-aprendizaje. En este sentido, la tecnología se convierte en una oportunidad para contribuir positivamente tanto en los procesos de enseñanza como de aprendizaje a distancia, aportando nuevas formas de enseñanza y, especialmente, de aprendizaje.

Palabras-clave: Tecnologías. Herramientas. Enseñar.

INTRODUCCIÓN

Cuando pensamos en aprender, ya no podemos imaginar filas de mesas y sillas con cuadernos y bolígrafos. En los últimos años, la tecnología se ha encontrado en el corazón de todos los entornos educativos y el facilitador final del aprendizaje remoto o híbrido.

Cambiar a una forma completamente nueva de proporcionar educación y garantizar que los estudiantes participen requiere una nueva mentalidad y la tecnología correspondiente.

En este estudio, hablaremos sobre cómo una maestra desde los primeros años de la escuela primaria notó el interés de sus estudiantes en el uso de teléfonos móviles, tabletas y computadoras en el proceso de aprendizaje. Ante esta observación, decidió profundizar y estudiar más sobre este enfoque junto con los contenidos a trabajar.

En sus estudios, se notó que es posible trabajar estas tecnologías dentro del BNCC y así se abrió un abanico de ideas para ser trabajadas en el aula.

DESARROLLO

El uso de herramientas digitales para uso educativo en los primeros años de la escuela primaria

La pandemia de COVID-19 ha demostrado rápidamente por qué la educación en línea debe ser una parte vital de la enseñanza y el aprendizaje. Al integrar la tecnología con los planes de estudio existentes, en lugar de usarla solo como una herramienta de gestión de crisis, los maestros pueden aprovechar el aprendizaje en línea como una poderosa herramienta educativa. (BRASIL, 2018)

El uso efectivo de las herramientas de aprendizaje digital en las aulas puede aumentar la participación de los estudiantes, ayudar a los maestros a mejorar sus planes de lecciones y facilitar el aprendizaje personalizado de los estudiantes. También ayuda a los estudiantes a desarrollar habilidades esenciales para el siglo 21. (MOREIRA, 2020).

Las aulas virtuales, el video, la realidad aumentada (AR), los robots y otras herramientas tecnológicas no solo pueden hacer que la clase sea más animada e interesante, sino que también pueden crear entornos de aprendizaje más inclusivos que promuevan la colaboración y la curiosidad y

permitan a los maestros recopilar datos sobre el rendimiento de los estudiantes. (PANTOJA, 2018)

Aún así, es importante tener en cuenta que la tecnología es una herramienta utilizada en la educación y no un fin en sí misma. La promesa de la tecnología educativa radica en lo que los educadores hacen con ella y cómo se utiliza para satisfacer mejor las necesidades de sus estudiantes.

Los maestros quieren mejorar el rendimiento de los estudiantes y el uso de la tecnología puede ayudarlos a lograr este objetivo. Para mitigar los desafíos, los administradores deben ayudar a los maestros a adquirir las habilidades necesarias para mejorar el aprendizaje de los estudiantes a través de la tecnología. Además, la tecnología en el aula debería facilitar que los maestros trabajen sin agregar tiempo extra a su día. (BARROSO, 2015).

La tecnología proporciona a los estudiantes información de fácil acceso, aprendizaje rápido y oportunidades divertidas para practicar lo que aprenden. Permite a los estudiantes explorar nuevas materias y profundizar su comprensión de conceptos difíciles, particularmente en STEM. A través del uso de la tecnología dentro y fuera del aula, los estudiantes pueden adquirir habilidades técnicas del siglo 21 necesarias para futuras ocupaciones.

Aún así, los niños aprenden de manera más efectiva con orientación. El Foro Económico Mundial informa que si bien la tecnología puede ayudar a los jóvenes estudiantes a aprender y adquirir conocimientos a través del juego, por ejemplo, la evidencia sugiere que el aprendizaje es más efectivo a través de la orientación de un adulto, como un maestro. (PANTOJA, 2018)

Los líderes y administradores deben hacer un balance de dónde está su facultad en términos de comprensión de los espacios en línea. A partir de las lecciones aprendidas durante este período disruptivo, pueden implementar soluciones ahora para el futuro. Por ejemplo, los administradores pueden dar a los maestros una o dos semanas para que piensen cuidadosamente sobre cómo enseñar cursos que antes no estaban en línea. Además de explorar soluciones, la flexibilidad durante estos tiempos difíciles es de suma importancia.

Cuando se usa correctamente, la tecnología tiene el potencial de ayudar a los estudiantes de todas las edades y habilidades a participar plenamente en el aprendizaje, proporcionando un mayor acceso al currículo y mejorando los resultados del aprendizaje. Por ejemplo, la tecnología puede proporcionar a los niños que luchan por comunicarse con un medio de comunicación eficiente. Un ejemplo es una aplicación que permite

a los niños apuntar a una imagen o una serie de imágenes y luego decir las palabras que coinciden con el elemento seleccionado.

Los educadores tempranos deben tener en cuenta los niveles de desarrollo de los niños al usar la tecnología para el aprendizaje temprano. Es decir, primero deben considerar qué es lo mejor para el desarrollo saludable del niño y luego considerar cómo la tecnología puede ayudar a los estudiantes tempranos a lograr resultados de aprendizaje. La tecnología nunca debe usarse debido a la tecnología. En cambio, debe usarse solo para aprender y lograr objetivos de desarrollo, lo que puede incluir ser utilizado como una herramienta durante el juego.

Cuando la tecnología se utiliza en entornos de aprendizaje temprano, debe integrarse en el programa de aprendizaje y usarse en rotación con otras herramientas de aprendizaje como materiales de arte, materiales de escritura, materiales de juegos y libros, y debe dar a los estudiantes principiantes la oportunidad de autoexpresión sin reemplazar otros materiales de aprendizaje en el aula. Existen consideraciones adicionales para los educadores cuando se utiliza la tecnología, como si un dispositivo específico reemplazará las interacciones con maestros o colegas, o si un

dispositivo tiene características que distraerían el aprendizaje.

Para entender cómo usar la tecnología correctamente con niños pequeños, las familias y los educadores tempranos deben comprender las diferencias entre el uso pasivo y activo de la tecnología. El uso pasivo de la tecnología a menudo ocurre cuando los niños consumen contenido, como ver un programa en la televisión, en una computadora o en un dispositivo portátil sin reflexión, imaginación o participación. El uso activo ocurre cuando los niños usan tecnologías como computadoras, dispositivos y aplicaciones para participar en experiencias significativas de aprendizaje o narración de cuentos. Los ejemplos incluyen compartir sus experiencias documentándolas con fotos e historias, grabar su propia música, usar un software de chat de video para comunicarse con sus seres queridos o usar una aplicación para guiar el juego físico. (PANTOJA, 2018)

Es menos probable que se produzca una envoltura profunda cuando un dispositivo se usa de forma pasiva. En muchas circunstancias, el aprendizaje mínimo ocurre cuando los niños usan dispositivos solo para consumir videos por su cuenta. Sin embargo, el tiempo de pantalla no debe ser el único factor al considerar el valor de la

interacción de un niño con la tecnología, ya que el contenido de video de alta calidad basado en la investigación puede conducir a un procesamiento cognitivo profundo en las mentes de los niños pequeños. Debido a que la mayoría del contenido no cumple con este estándar, los adultos deben reconocer que lo que más importa es si la mente del niño está activa y profundamente comprometida con el contenido. Una forma de que un adulto sepa si un niño está activamente involucrado con el contenido es que un adulto lo vea con ellos (conocido como co-visualización) y los guíe hacia un compromiso más profundo. (BARROSO, 2015).

Del mismo modo, los adultos deben ser cautelosos al asumir que un niño que usa un dispositivo de una manera físicamente atractiva refleja el aprendizaje activo. Aunque acciones como deslizar o presionar dispositivos pueden parecer interactivas, si el niño no aprende intencionalmente de la experiencia, no se considera uso activo. Para ser considerado de uso activo, el contenido debe permitir un procesamiento cognitivo profundo y permitir el aprendizaje intencional y con propósito en el nivel de desarrollo del niño.

Plan de lecciones

Uniéndose a la enseñanza de la lengua portuguesa, y poniendo en práctica las tecnologías

digitales, se elaboró el siguiente plan de lecciones:

Plan de lecciones		
Identificación	Clase	Escuela primaria de 3er grado
	Duración	
	Tema de la lección	Oralidad: escucha atenta
Componente Curricular	Idioma portugués	
Prácticas lingüísticas	Oralidad: escucha atenta	
Objetos de conocimiento	Reflexionar sobre el informe oral/Registro formal e informal	
Habilidades	EF15LP13	
Metodología	<p>Inicialmente comenzaremos la clase con la siguiente pregunta en el aula: ¿Qué es una escucha atenta? (Es una escucha que atenta a la modulación de la voz, a los marcadores típicos del habla [oralidad] - de ahí las pausas - que desaparecen en el texto sólo leídos - [oralización])</p> <p>A continuación diseñaremos la fábula con el uso de un datashow y una caja de resonancia. La fabula está disponible en youtube: La cigarra y las hormigas.</p> <p>Los estudiantes realizarán una escucha atenta en la práctica. Después de una rueda, cada estudiante puede informar sobre lo que ha observado y su aprendizaje.</p>	
Recursos	Internet, acceso a Youtube, Datashow y caja de sonido	
Evaluación	Realizaremos la evaluación 360º observando desde la participación, atención e informes de todos los alumnos.	
Referencias	MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2004.	

CONCLUSIÓN

El uso cuidadoso de la tecnología por parte de los primeros padres y educadores puede involucrar a los niños en habilidades clave como el juego, la autoexpresión y el pensamiento computacional, que apoyarán el éxito posterior en todas las disciplinas académicas y ayudarán a mantener la curiosidad natural de los niños pequeños.

La tecnología educativa tiene sus desafíos, especialmente cuando se trata de implementación y uso. Por ejemplo, a pesar del creciente interés en el uso de AR, inteligencia artificial y otras tecnologías emergentes, menos del 10% de las escuelas informan tener estas herramientas en sus aulas, según Project Tomorrow. Las preocupaciones adicionales incluyen el tiempo de pantalla excesivo, la efectividad de los maestros que usan la tecnología y las preocupaciones sobre la equidad de la tecnología.

Destacar la crisis de covid-19 es el tema del contenido. Los educadores deben ser capaces de desarrollar y evaluar el contenido educativo en línea, especialmente para alentar a los estudiantes a considerar un tema desde diferentes perspectivas. Las medidas urgentes adoptadas

durante esta crisis no proporcionaron tiempo suficiente para ello. El acceso es una preocupación adicional, por ejemplo, no todos los distritos escolares tienen los recursos para proporcionar a los estudiantes una computadora portátil, y la conectividad a Internet puede no ser confiable en los hogares.

Además, mientras que algunos estudiantes prosperan en entornos de educación en línea, otros se quedan atrás por una serie de factores, incluidos los recursos de apoyo. Por ejemplo, un estudiante que ha tenido dificultades en entornos cara a cara puede tener aún más dificultades en la situación actual. Estos estudiantes pueden haber tenido recursos que ya no tienen en sus hogares.

Aún así, la mayoría de los estudiantes suelen mostrar confianza en el uso de la educación en línea cuando tienen los recursos, como sugieren los estudios. Sin embargo, la educación en línea puede plantear desafíos para los maestros, especialmente en lugares donde no ha sido la norma.

A pesar de los desafíos y preocupaciones, es importante tener en cuenta los beneficios de la tecnología en la educación, incluida una mayor colaboración y comunicación, una mejor calidad de la educación y clases atractivas que ayudan a estimular la imaginación y la búsqueda de conocimientos de los estudiantes.

REFERENCIAS

BARROSO, Felipe; ANTUNES, Mariana. Tecnología en la educación: herramientas digitales que facilitan la práctica docente. Investigación y debate en educación, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, 2015.

BRASIL. Ministerio de Educación. Base Curricular Nacional Común. Brasilia, 2018. p53-89 y 94-107.

MOREIRA, V. N.; BATISTA, S.C.F.; RANGEL, I. R. da G. Alfabetización y alfabetización: evaluación de aplicaciones móviles para los primeros años de la escuela primaria. Vertices, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.2, p. 298-320, mayo/agosto. 2020.

PANTOJA, P. F.; FREITAS, S.P. da E.; SILVA, G. A. da. La evaluación formativa como acción significativa del proceso de aprendizaje en la escuela primaria. Cairu en Revista – Sociedad, Gestión de la Educación y Sostenibilidad, Salvador – BA, no 11 – Año 7 – Dic. 2018

ÍNDICE REMISSIVO

- A
- Acesso, 74
 - Alfabetizado, 11
 - Anos iniciais, 124
 - Aplicação de Recursos, 136
 - Aprendizado, 26
 - Aprendizagem significativa, 4
 - Arte, 79
 - Aspecto vivencial, 120
 - Assembléia Geral, 146
 - Atividade corporal, 85
 - Atividades criativas, 96
 - Atividades folclóricas, 96
 - Atividades naturais, 96
 - Atividades rítmicas, 97
 - Atualidade, 11
 - Autoestima, 84
- B
- Braços, 100
 - Brasil, 90
- C
- Cabeça, 35
 - Campanha Nacional de Educação Rural, 46
 - Capacidade crítica, 117
 - Celular, 20
 - Centro Comunitário, 16
 - Centro Memória Viva, 37
 - Coletivo, 63
 - Competências linguísticas, 124
 - Comunicação, 92
 - Condições financeiras, 33
 - Condições sociais., 56
 - Conselho, 133
 - Constituição de 1988, 48
 - Consultas, 24
 - Conteúdos infantilizados, 52
 - Conversa Informal, 99
 - Coronavírus, 166
 - Cotidiano escolar, 94
 - Crédito, 145
 - Cuiabá, 14
 - Currículo, 129
 - Curso de Geografia, 39
- D
- Dados estatísticos, 65
 - Dança, 79
 - Dança escolar, 82

- DANÇA NA ESCOLA, 83
 Debates, 12
 Departamento
 Nacional de Educação
 (DNE), 47
 Desempenho
 profissional, 98
 Dificuldades, 11
 Direitos, 58
 Direitos humanos, 64
 Disciplina, 41
 Dor, 123
- E
- Educação, 64
 Educação brasileira,
 11
 Educação Física, 98
 Educação pública,
 143
 Educadores, 94
 EJA, 11, 31
 Ensinar, 166
 Ensino a distância,,
 166
 Ensino escolar, 83
 Ensino fundamental,
 51
 ENSINO PRIMÁRIO, 165
 Enxoval, 25
 EREJA's,, 48
 Escola, 21
 Evadindo-se, 54
 Expressão cultural,
 103
- F
- Facilitadoras, 166
 Ferramentas, 56
 FERRAMENTAS
 DIGITAIS, 165
- Filha, 25
 Financiamento da
 educação, 144
 Formação, 106
 Formação acadêmica,
 57
 Formação continuada,
 135
 FORMAÇÃO ESCOLAR, 15
 Formas linguísticas,
 59
 Formulários, 136
 Fracasso do aluno,
 67
- G
- Gamificação, 106
 Gerenciamento, 141
 Gerenciamento,, 92
 Gestor, 139
- H
- Herança, 43
- I
- Identidade, 11
 Igreja, 29
 Igualdade, 71
 Inquietações, 12
 Inserção do aluno,
 45
- J
- Jovens e adultos
 analfabetos, 55
- L
- Leitor, 124
 Livros, 38

- Livros gramaticais,
121
- M
- Manifestação
pessoal, 86
Meio ambiente, 86
MEMORIAL, 14
Mobilidade, 87
Modalidade de EJA,
43
Movimento Brasileiro
de Alfabetização, 46
Música, 99
- N
- Natureza pecuniária,
133
Nível superior, 72
Nota Fiscal, 133
Nova condição
social, 54
Novas ferramentas,
166
Novas formas de
ensinar, 166
Novas tecnologias,
166
- O
- On-line, 130
- P
- Pai, 18
Pandemia, 166
Papel de mediador,
67
Pastor, 36
Patrimônio público,
139
- Pcns, 88
PDDE., 133
Pedagogia, 39
Perspectiva de vida,
13
Pesquisa de preços,
148
Pilares da Educação,
91
Plano de ação, 129
Pluralidade
cultural, 93
Política pública, 11
Prática docente, 166
Prática escolar, 79
PRESTAÇÃO DE CONTAS,
132
Primeira série, 17
Processo ensino-
aprendizagem, 166
Processos de ensino,
166
PRODUÇÃO
INTERDISCIPLINAR,
116
Professor, 52
Professor de
português, 19
Profissão, 56
Programas e
políticas, 57
Propostas didáticas,
120
Protagonista, 124
- R
- Raciocínio
intelectual, 84
Racismo, 69
Recursos
disponíveis, 137

- Recursos do PDDE, 142
Repertório de leitura, 120
Resolução CD/FNDE nº 02/2012, 140
Responsabilidade, 138
Ritmo da música, 101
- S
- Sala de aula, 70
Salas de aula, 54
SEDUC, 31
Segurança, 94
Seleção do conteúdo, 97
Semana cultural, 117
- T
- Taxas bancárias, 146
Táxi, 26
Teatral, 90
Teatro, 119
Tecnologias, 166
Tecnologias digitais, 166
Textos literários, 122
- Trabalho psicomotor, 95
Transformar vidas, 52
Transparência, 147
- U
- UFMT, 39
UNESCO, 46
Unidade executória, 135
Universidade, 37
Universo literário, 124
Uso dos recursos, 147
- V
- V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, 49
Valorização, 65
Vida financeira, 42
- W
- Whatsapp*, 149

ISBN



9786584809406